



**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA
MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2019
N.º 06/2019**

MESA DA ASSEMBLEIA: -----

----- Presidente - José Alberto Moreira Araújo, 1.º Secretário – Rosa Martins Cardoso, 2.º
Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

PRESENÇAS: -----

----- **Deputados Municipais Eleitos pelo PS:** -----

----- José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais Guedes
Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Manuel António
Esteves Rebelo, João dos Santos Silva, António Paulo Monteiro Pinto Conceição, António
Júlio da Costa Almeida, Fernando Borges Moreira, Gil Carlos Lourenço Teixeira. -----

----- **Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Fazer Mais Pela Nossa Terra”:** -----

----- Fernando José Mourão Gonçalves. -----

----- **Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”:** -----

----- José Paulo Barreira da Mota. -----

----- **Deputados Municipais Eleitos pelo PPD/PSD:** -----

----- Paulo Sérgio de Sousa Prior, Eugénio da Conceição Borges Rocha, Ivete Nogueira
Moreiras e Jóni André Borges Madureira. -----

----- **Deputada Municipal Eleita pelo CDS/PP:** -----



AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Inês Nogueira Rebelo, Ana Paula Borges Gouveia -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, Urbano Salgueiro Vidal e Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa Financeira e de Recursos Humanos. -----

SECRETARIOU: Hélder Manuel da Silva Gomes Liberato, Assistente Técnico da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 HORAS. -----

----- **ATA DA REUNÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da respetiva reunião.-----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1** - Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2** - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- **1.3** - Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** - Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2020 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2019); -----

----- **2.3** - Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2020, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1, artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à

Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2019); -----

----- **2.4** - Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2020 (artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2019);

----- **2.5** - Deliberar sobre proposta de redelimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta de Penaguião (n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana – Deliberação da Câmara Municipal de 3 de dezembro de 2019); -----

----- **2.6** - Deliberar sobre os benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta de Penaguião (alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º e alínea a) do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, conjugado com os n.ºs 21 e seguintes do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho – Deliberação da Câmara Municipal de 3 de dezembro de 2019); -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a proposta de alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos que frequentam o Ensino Superior (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 3 de dezembro de 2019); -----

----- **2.8** – Deliberar sobre a proposta de alteração do Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 3 de dezembro de 2019); -----

----- **2.9** – Deliberar sobre a autorização prévia para a contratação de empréstimo a médio e longo prazos, no montante de 700.000,00€ para a realização do investimento, “Pavimentação de Estradas e Caminhos no Concelho”, (n.º2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 3 de dezembro de 2019); -----



----- **2.10** – Deliberar sobre a contratação de empréstimo a médio e longo prazos destinado ao financiamento de projetos de investimento no valor de 700.000,00€, bem como a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, associado ao contrato do referido empréstimo (alínea f), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação - Deliberação da Câmara Municipal de 3 de dezembro de 2019); -----

----- **2.11** – Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2020 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2019); -----

----- **2.12** – Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal para 2020 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2019); -----

----- **2.13** – Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea c), do ponto 8 da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho - Deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2019); -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária do dia 05 de dezembro, proferindo as seguintes palavras: -----



----- *“Bem-vindos à casa da Democracia Penaguiense, agradeço desde já a vossa presença caros amigos e amigas da Assembleia Municipal, ao Excelentíssimo executivo Municipal é sempre uma honra tê-los cá e fundamentalmente ao público presente, hoje em menor número, provavelmente devido ao frio que se faz sentir, mas é sempre uma honra e um prazer termos junto de nós os Penaguienses.* -----

----- *Vamos dar início a esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e como habitualmente vou pedir aqui há minha Primeira Secretária para proceder ao registo das presenças dos digníssimos Deputados.”* -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. -----

----- Após a verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **1.1 –** Apreciação e votação da Ata da Sessão anterior. -----

----- **1.1.1 –** Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 27 de setembro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da Ata da Sessão realizada no dia 27 de setembro de 2019, uma vez que a mesma foi distribuída com antecedência a todos os membros, a qual foi concedida. -----

----- Antes de colocar à apreciação e discussão a referida Ata, o Senhor Presidente da Assembleia, aproveitou para proferir as seguintes palavras: -----

----- *“Gostaria desde já em nome da Mesa manifestar aqui o nosso reconhecimento e compreensão de todos os Senhores Deputados pela antecipação desta Assembleia. Habitualmente costuma ser à sexta-feira mas pela necessidade de deliberar relativamente a um ponto da agenda até ao dia de hoje, a Mesa entendeu acolher a solicitação do Executivo*

Municipal de antecipar por um dia a realização da Assembleia, desde já em nome da Mesa o nosso reconhecimento e obrigado pela colaboração dos digníssimos Deputados.” -----

----- Seguidamente, a Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 27 de setembro de 2019, foi colocada à discussão, não se registando pedidos de intervenção, a Ata foi colocada a votação.

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por, unanimidade. Não participaram na votação os Senhores Deputados, José Fernando Fraga Granja, Jóni André Borges Madureira, e Fernando José Mourão Gonçalves, por não estarem presentes na referida Sessão. -----**

----- **1.2 –** Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados Municipais que toda correspondência recebida foi remetida aos mesmos, por correio eletrónico. -----

----- Não se registaram pedidos de intervenção. -----

----- **1.3 – Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, antes de abrir o período de intervenção aos Senhores Deputados, proferiu as seguintes considerações: -----

----- *“Se me permitem eu gostaria antes de vos passar a palavra de fazer referência a três situações que eu penso que será do interesse da Digníssima Assembleia e até do Concelho e ponho à vossa consideração, acho que é importante para todos nós e fundamentalmente para o Concelho. -----*

----- *Começaria pelo caso de um jovem do nosso Concelho, já tive aqui a oportunidade de o referir, o Guilherme Guedes que tinha sido convocado para os trabalhos da Seleção sub-17 e agora foi convocado recentemente para os trabalhos da Seleção sub-18, com a particularidade de ter vestido pela primeira vez a camisola da Seleção Nacional e no jogo em que participou foi o marcador do primeiro golo, pelo que ficamos honrados com este jovem que através da Seleção Nacional está a dignificar o Concelho de Santa Marta de Penaguião.*



----- Uma outra referência também é um jovem do Concelho que participa aqui numa Associação Cultural e Desportiva de Sever e que recentemente, integrado numa comitiva da Seleção de artes-marciais, “taekwondo”, em que o Emanuel Costa é o responsável desta agremiação e que desenvolve esta atividade, integrado recentemente numa comitiva internacional que participaram em Espanha, com uma participação honrosa, trazendo a medalha do 3.º lugar. -----

----- Por último, também será para todos nós um orgulho termos alguém ligado às artes e à literatura, uma conterrânea, Paula Teixeira que recentemente editou um livro, “O Melhor de Mim por Moçambique”, penso que já terá editado outros dois livros e que irá brevemente, penso que dia quinze, aqui em Santa Marta, apresentar este livro “O Melhor de Mim por Moçambique”. Eram estas três referências do Concelho que nestes últimos tempos dignificaram o nosso Concelho através quer do desporto, quer da escrita e da literatura. -----

----- Por último falar relativamente ao Congresso que decorreu no fim-de-semana em Vila Real, cuja temática foi a descentralização/regionalização, a grande maioria dos autarcas manifestaram já uma vontade de avançar para a regionalização. Saliento duas intervenções importantíssimas que gostaria de realçar aqui, a do Senhor Presidente da República que relativamente a esta questão pediu alguma ponderação, tempo para que as coisas fossem evoluindo gradualmente, e usando uma expressão dele, “não porem o carro à frente dos bois” e portanto foi uma intervenção extremamente interessante que depois acabou em certa medida por resfriar um pouco o entusiasmo dos autarcas, relativamente à regionalização. -----

----- O Senhor Primeiro-Ministro, abordando a questão da regionalização adiantou uma medida que segundo ele será para implementar no primeiro semestre de 2020, que é possibilitar que os Presidentes das “CCDR’s” fossem eleitos e não nomeados pelos Presidentes de Câmara, eleitos por um universo eleitoral mais abrangente, nomeadamente os Executivos Municipais, todos os membros das Assembleias Municipais e os Presidentes



de Juntas, foi também uma nota que eu acho importante aqui realçar porque esta questão da regionalização está em discussão pública é tema do dia-a-dia e portanto gostaria de deixar aqui estas duas notas para dar conhecimento aos digníssimos Membros da Assembleia”. ----

----- Seguidamente solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, após cumprimentar todos os presentes teceu as seguintes considerações: -----

-----“Previamente Senhor Presidente da Assembleia Municipal, só aqui fazer uma referência, desde já dizer que nos associamos totalmente a essas menções honrosas aos cidadãos Penaguienses que acabou de referir. -----

----- Dizer-lhe também e isso já é uma prática recorrente, já era para ter sido abordada numa outra reunião anterior, mas não foi e aproveito para o fazer agora. A documentação não foi atempadamente entregue, os Senhores contabilizam sempre para dois dias úteis, o que nós diz a Lei, o nosso Regimento é que a “Ordem do Dia” é entregue a todos os membros com a antecedência de pelo menos dois dias sobre a data de início da reunião e é recorrente a Mesa da Assembleia contabilizar estes dois dias como 48 horas, ou seja a documentação foi entregue na terça-feira da parte de tarde, ou seja hoje às 16 horas perfazem as 48 horas, no entanto não é este o entendimento que é maioritário quer da jurisprudência quer da doutrina e que tem que mediar sempre dois dias, ou seja, nunca se conta o dia da entrega da documentação, nem o dia da realização da Assembleia Municipal, tem que haver sempre um intervalo de dois dias é isto que resulta da letra da Lei e é também esse o espírito da Lei, a Lei fala pelo menos dois dias, em reuniões com estas até deveria Vossa Excelência ter algum cuidado e até interceder junto do executivo para recebermos os documentos com maior antecedência, porque são muitos pontos e alguns de extrema importância. É este, conforme lhe disse, o entendimento e se quiser até lhe posso citar aqui uma situação igual de um Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte onde perfilha totalmente este entendimento e conforme lhe disse é maioritário na doutrina da jurisprudência, mas também



se houve um Acórdão é porque já houve uma decisão da primeira instância que tem um entendimento diferente, a maioria é este, mas também pode solucionar este problema com muita facilidade, basta pedir um parecer à “CCDR”. Da nossa parte obviamente o que queremos é discutir política queremos participar da Assembleia e não vamos, a não ser quês isto comece a ser recorrente, se é recorrente também queremos que seja respeitado o Regimento, não estamos aqui para andar a impugnar as Assembleias Municipais. -----

----- Posto isto o Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal foram-lhe colocadas algumas questões, voltam a ser colocadas hoje e voltaram a ser colocadas as vezes que forem necessárias até obtermos respostas concretas, respostas esclarecedoras. -

----- A primeira é quando vão ser colocadas as letras na rotunda à entrada da Vila, no sentido Régua – Santa Marta de Penaguião, mais conhecida por “rotunda da vindimadeira”, quando é efetivamente, um prazo, qual é a sua previsão. Não é pelo valor do investimento, estamos a falar de um valor simbólico. -----

----- Uma outra questão vou relembrar-lhe novamente Senhor Presidente da Câmara, é que o Senhor na última Assembleia Municipal em relação ao sintético da Cumieira, o Senhor este fim-de-semana teve a oportunidade de verificar o seu excelente estado, o Senhor refere o seguinte: -----

----- Esta é a razão do porquê de ainda não ter iniciado as obras, e só irão se conseguirmos negociar o acesso, fazer o acesso e fazer o relvado. -----

----- Deu aqui esta explicação, mas na verdade, e volto-lhe a mostrar esta fotografia onde se encontra o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, e vou-lhe ler novamente o que o Senhor disse: -----

----- O campo do Cumieira vai ganhar relvado sintético, a infraestrutura servirá para acolher atletas de todo o Concelho, num investimento que poderá andar próximo dos trezentos mil euros, localizado numa encosta do Douro. Refira-se que isto é de 20 do 07 de 2017. O campo



de futebol do Sporting Clube da Cumieira vai entrar em obras já no próximo mês. Em agosto de 2017. A obra contempla duas fases, vai iniciar-se com os muros de suporte para fazerem a contenção lateral e também o muro de linha final.” Como garantiu à “VTM” o Presidente da Autarquia de Santa Marta de Penaguião. -----

----- O Senhor garantiu que a obra começava em agosto de 2017 e passados dois anos nada aconteceu. O Senhor Presidente da Câmara agora vem com a desculpa que não iniciaram as obras, o Senhor aqui não refere acesso nenhum, agora vem com a desculpa que não iniciaram as obras por causa do acesso. Mais parece aquele que projeta uma casa para determinado sítio e só no fim é que se lembra que não tem caminho para entrar em casa. E se o fez como é que alguém num órgão de comunicação publicamente garante a uma população que a obra começa no mês seguinte e ainda não começou a negociar o acesso. É de um Presidente de Câmara totalmente incompetente e irresponsável, mas eu até lhe digo que não acredito nisso, não acredito que o Senhor aqui foi incompetente, nem irresponsável. Foi muito pior, o Senhor sabendo que isto é uma obra muito querida da população da Cumieira, o senhor usou, o Senhor aproveitou-se desse sentimento para iludir eleitoralmente o povo da Cumieira, porque estava a pouco mais de dois meses das eleições. Além disso também não podemos deixar de referir o silêncio a convência por parte do Senhor Presidente da Junta de freguesia da Cumieira e dos próprios Deputados Municipais com ligação a esta Freguesia. Por isso a questão muito concreta é, e eu faço-lha novamente. -----

----- Quando é que efetivamente vão iniciar as obras no campo da Cumieira, quando é que efetivamente o campo da Cumieira vai ganhar um relvado sintético, diga se o vai fazer, ou se não vai fazer, seja honesto pelo menos e diga que não o fará pelo menos neste mandato.” –

----- Antes de prosseguir, o Senhor Presidente da Assembleia respondeu ao Senhor Deputado Paulo Prior, dizendo o seguinte: -----

----- *“Relativamente à questão que colocou sobre o prazo, embora esta questão dos dois dias que o próprio Regimento refere, atendendo à diversidade de documentos e à importância dos mesmos seria tempo manifestamente insuficiente, quero dizer-lhe que iremos no futuro tentar, junto dos serviços para que a documentação chegue atempadamente, independentemente dos dois dias, porque há um conjunto de documentação que é importante e seria bom que até chegasse mais cedo possível.”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Fernando Mourão, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Falo enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, nada me agrada mais do que ver uma obra seja ela qual for ser realizada na freguesia. No entanto quando vamos buscar determinados assuntos, convém saber das histórias que antecedem.* -----

----- *Em 2017, se não me falha a memória, houve um projeto, ou uma candidatura em que o Sporting Clube da Cumieira se candidatou, em que estavam previstos duzentos mil euros para um sintético. Iniciaram-se as conversações entre a Presidente do Sporting Clube da Cumieira, comigo e com o Senhor Presidente da Câmara e foram mais ou menos assumidos, uma vez que faltaria algum dinheiro para se efetuar uma obra avaliada aproximadamente em trezentos mil euros, essa parte toda gente a esquece, mas eu não a esqueço até porque estive desde o início envolvido nisto. Quando se assumiu o pressuposto de avançar com as obras do sintético, tínhamos a proposta que o Sporting Clube da Cumieira teria duzentos mil euros, caso não o saibam e ficam a saber, essa verba, se calhar erradamente entendida pela Direção do Sporting Clube da Cumieira, esses duzentos mil euros eram a repartir a quem se candidatasse e não na totalidade para qualquer candidatura. Desses duzentos mil euros resultou que o Sporting Clube da Cumieira recebeu vinte ou vinte e poucos, portanto onde antes faltava setenta mil agora faltavam duzentos e setenta mil e fora isso faltam os acessos e bem. Porque o Sporting Clube da Cumieira quando a coisa até nem foi muito bem pensada,*



fez muros que não ficaram bem-feitos e até meteram advogados e que ainda estão por pagar. Portanto nestas situações é meu entender e estou a falar por mim, enquanto Presidente da Junta e enquanto pessoa da Cumieira é meu entender que se deve ter cuidados acrescidos para não se repetir erros do passado. -----

----- Ninguém aqui é contra o Sporting Clube da Cumieira, muito pelo contrário, nem nunca ninguém o deixou de o apoiar, se repararem o orçamento por época do Sporting Clube da Cumieira, cerca de 80% se não estou em erro, é suportado pelo Município, como podem ver ninguém está aqui esquecido ou abandonado. -----

----- É uma obra que a mim me desperta enquanto Presidente para já, provavelmente daqui a dois anos estará outra pessoa com estes problemas. A manutenção quem é que a vai fazer, vocês não imaginam a quantidade de vezes que nós Junta, vamos compor as pequenas coisas mais banais do Sporting Clube da Cumieira, porque o desporto ou é desporto enquanto prática meramente de desporto, ou então quando queremos começar a atingir certos patamares para os quais não temos orçamento, a não ser que seja pago por uma entidade publica, costumam trazer problemas dos quais nós já vivemos no passado e deveríamos ter aprendido com isso, nós deveríamos ter aprendido que não temos capacidade para andar a pagar salários a jogadores, ou seja o desporto é desporto não profissional, pelo menos nos nossos mundos e na nossa realidade. -----

----- Portanto quando falamos de investimento de trezentos e poucos mil euros para uma equipa que infelizmente tem poucos jogadores da Cumieira e que depende da ajuda da Junta para toda a manutenção das instalações e quando quer fazer um projeto de trezentos mil euros em que a manutenção será de dez mil, a deitar por baixo por ano, obviamente que eu fico preocupado, isto não é uma questão de fazer, porque depois de fazer é preciso fazer a manutenção, há aqui a responsabilidade de garantir isso, porque toda gente quer tudo na terra e eu relembro que fizemos várias coisas ao longo dos anos em todo lado, não foi só na



Cumieira e depois muitas delas ficaram ao abandono, isto não é uma questão de não querer, é uma questão de oportunidade e partiu-se de um pressuposto que afinal não se veio a cumprir. Havia duzentos mil e agora só havia vinte mim. -----

----- Eu dou a qualquer um cinquenta mil euros para comprar um Ferrari, o problema é que nem toda agente tem os restantes trezentos mil para comprar o Ferrari.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, tecendo as seguintes considerações:

----- “Ó Senhor Presidente da Junta então agora a culpa é do Cumieira, aquilo está preto no branco, o Senhor aparece nesta fotografia muito sorridente a prometer e a garantir isso mesmo, o Senhor também está lá, quem disse isto não foi nem a Direção do Cumieira nem a sua Presidente, quem disse aqui, que a obra começava e custava trezentos mil euros, foi o Senhor Presidente da Câmara não foi mais ninguém e aqui ninguém falou de acessos, depois a culpa veio para os acessos, agora a culpa já não é dos acessos, a culpa é do próprio Sporting Clube da Cumieira. Na verdade nota-se na sua intervenção, já alguma preocupação, não pela Cumieira, mas para outros voos, uma preocupação já mais alargada ao Concelho, porque o Senhor diz aqui que o Cumieira sobrevive à custa do subsídio Municipal, mas o Senhor até podia, se tivesse alguma coisa de relevante para dizer à sua população, se o Senhor tivesse alguma coisa de edificante para dizer à população, até podia questionar o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Senhor Presidente da Câmara por que razão, se o Cumieira atravessa assim tantas dificuldades, por que razão, estando o Cumieira e Santa Marta no mesmo campeonato, e, o Cumieira até tem despesas acrescidas por ter um estádio próprio, o que não acontece com o Santa Marta porque é um estádio Municipal, por que razão existe uma discrepância, um desnível tão grande na atribuição de subsídios. -----

----- Mas o Senhor essa preocupação já não a tem, o Senhor está preocupado com outros voos, é que o Senhor justificou uma cambalhota política para defender os interesses da sua



população, foi essa a sua justificação, mas a verdade é que o Senhor atualmente não está preocupado em defender os interesses da sua população, o Senhor está mais preocupado em salvaguardar um lugarzinho num futuro Executivo Municipal, o Senhor atualmente está-se a “marimbar”, não está aqui o Vereador que o Senhor quer substituir, mas essa é a sua principal preocupação. Justificou cambalhota política para defender interesses gerais, mas o Senhor pretende defender são interesses individuais, e isso tem um nome Senhor Presidente de Junta, trapezismo político é aquilo que o Senhor é, um trapezista da política.”. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Fernando Mourão, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Ora trapezista político. Serei eu que estou a pensar deixar ir um candidato em 2021 para queimar e depois em 2025 ser eu o candidato. -----

----- Sabe que ao longo da minha participação política já fui acusado de muitas coisas, todos os dias estavam à espera de mim para trabalhar neste Município, todos os dias eu ia entrar, todos os dias ia para aqui todos os dias ia para ali, e conhece-me há não sei quantos anos, quantas vezes me viu interessado em alguma coisa da política, pessoalmente seria muito confortável para mim se calhar também aspirar a ter, tal como alguns aspiram, já foram apresentados não sei quantas vezes em eleições mas continuam a aspirar, de facto é verdade nunca ganharam nada mas continuam a aspirar, mas para mim seria muito confortável neste momento estar desse lado, com três maiorias era um sério candidato a ser Presidente da Câmara, mas não tenho essa ambição. -----

----- Em relação ao Cumieira eu defendo a Freguesia da Cumieira sempre, pois defender uma Freguesia nem sempre significa dar tudo aquilo que uma minoria quer, pelo menos quando entendemos que existem outras prioridades e quando somos eleitos, somos eleitos para atender certas prioridades. -----



----- *Eu acebei de o dizer há pouco, quando eu assumi que havia a forte possibilidade de fazer o sintético na Cumieira, havia uma conta em cima da mesa que não se veio a comprovar e eu penso que ouviu isso, se não acredita pergunte à Senhor Presidente do Sporting Clube da Cumieira, se isto não é verdade e pergunte-lhe mais, quando ela precisa de alguma coisa, pergunte-lhe quem é que paga as despesas e quando ela precisa de obras lá e de manutenção, pergunte-lhe quem é que as faz, portanto não venha aqui dizer que eu não estou interessado no Sporting Clube da Cumieira, ou em algo da Cumieira, porque eu vivo lá, eu não vou lá quando há eleições de quatro em quatro anos, como você faz, eu vivo lá e as pessoas quando precisam de alguma coisa tocam à campainha seja às onze da manhã ou da noite, portanto não venha com demagogismo político, porque eu dou a cara, eu moro lá, eu estou lá e estou todos os dias com as pessoas, e as minhas opções políticas assumo-as em todo lado.* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes considerações: -----

----- *“Tenho só mais uma questão para o Senhor Presidente da Câmara Municipal.* -----

----- *Senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal, também foi levantado aqui um assunto relacionado com Fontes, sobre uma indústria que laborava e que eventualmente, ou prejudicava mesmo o uso e o direito à habitação de um prédio urbano, em que o Senhor foi mediático, teve cobertura televisiva e o Senhor às câmaras de televisão disse que assume a existência de erros, mas imputou todas as responsabilidades no Vereador responsável pelo Pelouro. Confrontado com esta situação o Senhor Vereador do Pelouro disse o seguinte.* -----

----- *Senhor Deputado eu só lhe vou dizer uma coisa, se esteve atento à intervenção do Senhor Presidente da Câmara nessa reportagem da TVI, também ouviu dizer que tinha sido aberto um inquérito para apurar as responsabilidades políticas, técnicas e administrativas,*



esse inquérito ainda está a decorrer e eu ainda não fui ouvido, portanto não lhe vou transmitir aqui a si a minha opinião sem ter decorrido esse inquérito. -----

----- Pergunta muito concreta Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Foi aberto algum inquérito, qual foi o número atribuído ao inquérito, quais foram as diligências tomadas, o Senhor Vereador foi ouvido no âmbito deste inquérito, quais as conclusões apuradas.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes considerações: -----

----- “Cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhores Membros da Assembleia, Executivo, não faço diferença entre Vereadores, nesta Câmara os Vereadores são todos iguais, portanto cumprimento-os a todos da mesma forma e com muito gosto, dizer que o Senhor Vereador não está aqui por uma questão de saúde, teve uma consulta, e ao público em geral é sempre um gosto que estejam aqui connosco. -----

----- Mas antes de responder às perguntas, queria dizer aqui duas coisas muito simples. -----

----- Primeiro, nós vamos a todo lado todos os dias e vou-lhes dizer por mais valor que tenham as discussões políticas nesta Assembleia, eu hoje ganhei quatro anos de mandato. Cheguei ao pé de uma conterrânea nossa com oitenta e seis anos que estava a chorar quando me recebeu e eu disse-lhe olhe vamos tirar uma fotografia tem que sorrir e ela sorriu. Isto é que faz a diferença, esta capacidade de estar perto das pessoas é que faz a diferença e eu nunca mais me esqueço disso, porque eu não vou à Cumieira uma vez. Na Cumieira eu joguei com doze anos, com treze, com dezoito, com vinte, com vinte e um, com vinte e dois, com vinte e três, não foi lá num jogo com o Cumieira – Santa Marta, participei neles tinha facilidade de ir ao balneário e conhecer toda agente. Depois saltimbancos são aqueles que em 2005 foram para o jornal dizer certas coisas e em 2013 aceitaram feituas de listas. Acho que toda agente



percebe, em 2005 foram aos jornais dizer certas coisas e em 2013 aceitaram feitura de listas, de saltimbancos e falta de carácter estamos conversados. -----

----- Depois a rotunda de São Miguel. Respondi aos Senhores Membros da Assembleia que em tempo oportuno repomos as letras, tal como tinha dito na última Assembleia e como eu sou uma pessoa de palavra, como na última Assembleia disse que íamos por, vou pô-las. Prazos não há porque se soubessem que nós temos vinte mil euros em muros no Serrinho, porque se fossem lá, sabiam que as letras não são tão importantes. O melhor é fazer o muro do Serrinho porque as pessoas não podem passar, e depois vão fazer queixa de nós porque fazemos ajustes diretos com empreiteiros do Concelho. Mas estamos a fazer o muro que caiu na semana passada e nós na semana seguinte estamos lá a fazer o muro, porque haviam nove casas que não tinham acesso por automóvel e isto é diferente, agora se me disserem assim, fazemos as letras e não fazemos o muro, é uma questão de opção, mas digam isso no Serrinho e vão lá ao Serrinho já que se calhar nem sabem onde é, portanto as letras têm tempo. -----

----- Depois na Cumieira não há desculpa nenhuma, porque essa gente que vai lá para os finais dos jogos meter veneno e que não aparece aqui, não tem coragem de dar a cara e dizer umas palavrinhas. Que venham cá porque eu disse-lho lá e disse uma coisa muito simples, pergunte à Presidente do Clube qual é o compromisso e se os que estão aqui fossem lá perguntar à Presidente do Clube qual é o compromisso, esta conversa não se punha, porque desde sempre com a Presidente do Clube ficou que não fazíamos o relvado desde a primeira hora e o compromisso mantém-se, portanto estamos conversados. -----

----- Relativamente a Fontes é muito simples. É uma falta de delicadeza da sua parte, porque se perguntou ao Senhor Vereador, e eu autorizei-o a falar, devia-lhe perguntar a ele. -----

----- Eu não sei se o resultado do inquérito é público, se for posso-lhe passar. O que o inquérito diz e que era verdade e foi aquilo que eu disse, é que nós não fomos competentes no



cumprimento dos prazos e quando o Município não é competente no cumprimento dos prazos, tem os serviços e o responsável político do Pelouro, foi o que eu disse na televisão e foi o que se confirmou no inquérito. Se o Senhor chefe de Divisão disser que o inquérito pode ser público, pode ser cedido ao Senhor Vereador ou aos Senhores Membros da Assembleia, meus caros é já amanhã, portanto não há nada a esconder e quando eu disse isso e estão muito preocupados até porque o Senhor Vereador vai perder o lugar e estão muito preocupados porque lhe pode ser sacada a responsabilidade é muito simples, mas tão simples, porque agora também era justo a oposição dizer que o problema está resolvido, ou não está, foi ou não foi resolvido o problema de Fontes, foi ou não foi resolvido, alguém tem mérito, falta saber quem, no limite será o Executivo, mas isso não lhe interessa, o que lhe interessa é o pormenor de dividir o Executivo, porque agora anda toda gente a dizer que o Presidente não fala com o Vereador, não fala com a Vice-Presidente, andam de costas voltadas, meus caros ainda faltam dois anos, daqui até lá podemos fazer as pazes, podemos nos chatear, divorciar, casar, ficar viúvos, é pá ainda faltam dois anos, tenham calma, ainda é muito cedo, não tem problema nenhum. Nós estamos bem, estamos confortáveis, dois anos dá para muitas coisas, portanto não estejam preocupados, nem estejam sequer a alimentar aquelas coisas que gostam muito, dos “Face’s” com perfis falsos, aquelas coisas todas que vocês costumam muito fazer e que dá um certo gozo ler, porque há coisas que são no mínimo coincidentes, não há problema nenhum, nós estamos bem, estamos bem de saúde, estamos os quatro muito bem e é tão simples é só ir ver de 2013 até 2019 quando é que um Vereador eleito pelo Partido Socialista não votou de forma consonante com os outros todos. O Senhor Vereador está muito connosco a saúde não o tem ajudado nos últimos tempos, mas estamos cá para ser solidários, portanto ai não tem problema nenhum. -----

----- Relativamente à Cumieira eu disse nessa desculpa ao Vice-Presidente, penso que é o Vice-Presidente da Direção, que não sabia disto, é bom que se diga, estava a fazer de facto



uma encenação, num sítio muito simpático e dizer que o compromisso se mantém, quando nós conseguirmos negociar um acesso condigno ao campo o relvado será uma realidade, enquanto não o fizermos não será.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes considerações: -----

----- “Senhor Presidente então eu posso depreender pelas suas palavras, ou seja posso entender que o Senhor garante aqui que o único problema é a negociação do acesso, se o Senhor conseguir negociar o acesso, foi aquilo que acabou de dizer, garante à Cumieira a colocação do relvado sintético é o que resulta claramente das suas palavras e não se havia algum apoio de duzentos mil euros, como referiu aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia. O Senhor disse aqui preto no branco, de uma forma muito clarinha que só tem que negociar o acesso, então negocie o acesso que o Cumieira, assim sendo vai ter o seu relvado como o Senhor está aqui a garantir. -----

----- Mas mais, eu quando vou aos jogos de futebol vou ao início não vou ao fim para não pagar bilhete, vou logo no início, e quanto a 2005 o Senhor gosta muito de trazer para a “baila”, para a discussão, o nome do Ex-Presidente de Câmara, o Senhor Francisco Ribeiro, o Senhor deveria era ter a coragem, mas o Senhor não tem, era dizer se aquilo que foi dito era ou não verdade, isso é que o Senhor deveria ter a coragem, mas isso o Senhor não tem e sabe porquê, eu vou-lhe demonstrar mais uma vez que o Senhor não a tem. O Senhor nesta situação de Fontes, aquilo que o Senhor fez é lamentável, sabe porquê que é lamentável, o Senhor imputou todas as responsabilidades ao Vereador responsável pelo Pelouro desde logo aquele Vereador exerce uma competência que lhe foi delegada por si e todos nós sabemos que o Senhor foi, é e será sempre o principal responsável político em todos os assuntos relacionados com a Câmara Municipal, o Senhor é o comandante deste navio, nunca se esqueça disso e o Senhor ao imputar todas as responsabilidades no Vereador do Pelouro,



sabe o que isso significa, cobardia. O Senhor ficará para a história como o maior cobarde algumas vez eleito em Santa Marta de Penaguião. Senhores Deputados não tenham dúvidas de uma coisa, esta Câmara é um navio que navega em alto-mar, já começa a meter água por tudo quanto é lado e vai afundar, não tenham dúvidas que o primeiro a abandonar o navio será o seu comandante.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: ---

----- “Primeiro de cobardia nós falamos de 2005, em 2005 o Senhor membro da Assembleia acusou o Ex-Presidente Francisco Ribeiro de lhe ter puxado de pistola para si e assinou uma declaração a pedir-lhe desculpa. Verdade ou mentira. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior interrompeu o uso da palavra do Senhor Presidente da Câmara, tecendo as seguintes considerações: -----

----- “O Senhor é um mentiroso, um mentiroso.” -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia pediu um pouco mais de contenção.

----- O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra dizendo: -----

----- “Não foi lá e você escreveu e ele nem sequer foi ouvido tal como os meus colegas da Vereação. Portanto eu não tive nenhuma interferência no processo, não fomos ouvidos, certo ou mentira. -----

----- Depois meu caro relativamente ao meu Vereador, sobre Fontes o que eu disse foi, e se estivessem atentos ouviam, porque ouviram quando a advogada da TVI falou muito mal do Presidente da Câmara e foi inconveniente, eu tive a coragem, ao contrário de muita gente, de telefonar para lá e dizer que queria ser ouvido, porque disseram que ligaram para aqui e não foram ouvidos. Para vossa informação a advogada telefonou para aqui, que era até uma senhora que queria falar com o Senhor Presidente e não se identificou. Eu liguei para lá e ela ouviu-me e eu disse, e como digo, porque reparem há aqui coisas que é importante dizer e de cobardia meu caro se alguém fez aquilo que eu fiz, você não tinha coragem, não tenha



dúvidas, você não tinha coragem de fazer aquilo que eu fiz politicamente e estamos conversados. -----

----- Depois eu disse que falava, dei a oportunidade ao Senhor Vereador de ele falar, porque eu não sou responsável por um Ofício que o Senhor Vereador assina em 2017 e não faz cumprir a ordem, eu sou responsável pelo Município e só nessa hora, quando eu soube que o Senhor Vereador mandou um Ofício em 2017 e não cumpriu, eu tomei o processo. Quem sabe de delegação de competências sabe que isto é correto e disse na televisão que a partir daquela hora eu ia tomar conta do assunto. Assumi total responsabilidade, não fugi, não fui cobarde e resolvi o assunto. -----

----- Meu caro, relativamente ao Cumieira,..."-----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior interrompe e adverte o Senhor Presidente da Câmara, chamando-o à atenção para a forma como lhe é dirigida a palavra, dizendo o seguinte: -----

----- "Não é meu caro, é Senhor Deputado." -----

----- O Senhor Presidente da Câmara retoma a palavra, proferindo as seguintes considerações: -----

----- "Senhor Deputado então. -----

----- Eu vou-lhe dizer uma coisa muito simpática para todos os que estão aqui ouvir, oiçam bem isto. -----

----- Dia um de dezembro almoço de natal em Medrões com os idosos de Medrões. Dia um de dezembro Cumieira – Santa Marta. Dia um de dezembro o meu sogro está desde 2011 numa cama e faz oitenta e seis anos, o meu sogro está na cama desde 2011, teve um acidente em 2011 e em 2012, janeiro de 2012 foi para minha casa, está numa cama e faz oitenta e seis anos. Eu digo ao Senhor Presidente da Junta que não posso ficar ao almoço, fui lá antes e não almocei em Medrões e ele compreendeu, na sexta-feira mandei ligar para a Presidente do Clube do Cumieira a dizer que não ia estar presente no jogo, recebi um SMS às 15 e 15 a



dizer que não estava ninguém do executivo no futebol e eu sai de casa com a família do meu sogro e fui ver a segunda parte do Cumieira e acham que foi por causa do bilhete, acham que foi por causa de cinco ou de quatro euros, por causa do bilhete é que fui ao intervalo, acham isso, isto não é um aproveitamento político. Bem de facto nós temos decidido ir a casa dos Penaguienses, que de facto gostam de nós é o que nos traz de pé.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes considerações: -----

----- “Quanto aos assuntos pessoais que traz a esta Assembleia, relativamente ao seu sogro, desejo com franqueza as rápidas melhoras, mas não devemos confundir como se costuma dizer, alhos com bugalhos, e o Senhor tem uma dificuldade muito grande em falar verdade porque aquilo que o Senhor disse aqui em relação ao processo judicial, o Senhor teve intervenção porque foi ouvido no âmbito do mesmo, não foi ouvido em sede de julgamento, aquilo que disse corresponde a mentira, como também é mentira aquilo que disse, que o Senhor foi ver o jogo porque não estava lá ninguém do Executivo, é mentira que não estava ninguém do Executivo, são as suas palavras desde o início.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara interrompe e reitera a seguinte informação: -----

----- “Às quinze e quinze recebi um SMS a dizer que não estava lá ninguém.” -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior retoma a palavra, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Deixe-me acabar. Eu fui ao futebol às quinze horas e às quinze e dez estava lá o Senhor Vereador José Manuel Moreira, se ele não faz parte do Executivo, suponho que faz parte do Executivo. -----

----- Em resposta ao requerimento n.º 2 apresentado pelo Senhor Vereador do PSD, Daniel Joaquim Andrade Teles, cumpre-nos informar que no âmbito da investigação foram solicitados processos administrativos relacionados com a instalação da loja interativa do turismo e até há data ouvimos um eleito local e um funcionário do Município. Tendo em conta que o processo



se encontra em segredo de justiça, aguardamos serenamente pelo desenrolar do processo em questão e logo que tenham lugar novos desenvolvimentos daremos o devido conhecimento aos Órgãos Municipais. -----

----- Não me interessa saber de factos e aqui a questão que lhe vou colocar é muito concreta e não há violação de segredo de justiça, quem está até a violar o segredo de justiça até é o Senhor que está aqui a levantar o véu em relação aos factos. Questão muito concreta. -----

----- Há alguém do executivo constituído arguido no âmbito do processo mediático, designado processo Éter. -----

----- Há algum funcionário Municipal constituído arguido no âmbito do mesmo processo.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes considerações: -----

----- “Primeiro, dizer-lhe que eu não disse que não estava lá ninguém do Executivo. Eu disse que recebi um SMS a dizer que não estava ninguém do Executivo. Portanto a verdade está aqui, eu disse que recebi um SMS a dizer que não estava ninguém, eu não disse que não estava lá ninguém. -----

----- Depois você é tão baixo, peço desculpa. O Senhor é tão baixo, mas tão baixo que eu vou-lhe dizer isto. -----

----- Quando o Senhor Vereador fez essa questão na reunião de Câmara, eu expliquei-lhe duas ou três situações e disse-lhe uma coisa muito simples. Todos temos família. E ele disse que retirava o requerimento, certo. Foi o que o Senhor disse.” -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior interrompe e afirma que não sabia. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara retoma a palavra, proferindo as seguintes palavras: ----

----- “Mas devia perguntar e o Senhor Vereador está aqui, se o Senhor Presidente da Mesa autorizar, ele diz isso. -----



----- Não respondo e estou à vontade, não respondo e mantenho o mesmo. Enquanto o processo estiver a decorrer eu não respondo, o Senhor Vereador sabe e se ele quiser ele pode dizer porque ele tem conhecimento da situação. Vamos lá ver se a gente é séria, o Senhor Vereador Daniel Teles hoje na Câmara pôs na Câmara esse pedido, foi-lhe explicado uma determinada situação ele em determinada altura retirou ou retirava o requerimento, mas depois manteve por uma intervenção minha e foi-lhe explicado isso e ele sentiu que estava respondido essa questão. Se quiser saber para bisbilhotice, ele sabe e pode-lhe transmitir, eu nesta altura mantenho o mesmo, o processo está oficialmente, a Câmara não tem conhecimento de nada, portanto a essa pergunta eu não respondo.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que proferiu as seguintes palavras: -

----- “Senhor Presidente da Assembleia é só uma questão e eu vou interpelar diretamente a Senhora Vice-Presidente. -----

----- É ou não arguida no âmbito do processo Éter. -----

----- A solicitação do Plenário pode ser. O Plenário autoriza que a Senhora Vice-Presidente responda a esta questão. É ou não constituída arguida no âmbito do processo Éter. É uma pergunta simples, eu não vejo qual é o problema.” -----

----- Após alguma celeuma, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de “Antes da Ordem do Dia”, passando para o “Período da Ordem do Dia” -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1 – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate e discussão. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----



----- “Muito rapidamente só para lhe dizer ao Senhor que ser arguido não é ser acusado e muito menos condenado e eu respeito muito o princípio da presunção de inocência que é um dos princípios basilares do processo penal, agora uma coisa é ser arguido numa situação qualquer, outra coisa é ser arguido no exercício de funções políticas e isso é um assunto com extrema relevância, por isso é que o Senhor quer omitir esta situação. Mas passando à frente Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor gosta muito de trazer estudos a esta Assembleia Municipal, principalmente comparativos entre Municípios e principalmente quanto à transparência e quanto a isso a devido tempo eu vou-lhe demonstrar a pouca credibilidade destes estudos e a sua pouca transparência na sua gestão. Mas decerto que sabe que saiu um estudo sobre o poder de compra dos trezentos e oito Municípios Portugueses, estudo realizado por uma entidade que ninguém ousa por em causa e também decerto sabe em que lugar se encontra o Concelho de Santa Marta de Penaguião, nos dez últimos lugares, não sei qual o lugar ao certo, mas sei que nos dez últimos. Obviamente sejamos honestos, aqui há só responsabilidade do poder local, claro que não, há uma quota-parte de responsabilidade do poder local porque a estratégia económica do Município de Santa Marta de Penaguião, há mais de quarenta anos do Partido Socialista, está totalmente errada. Há uma quota-parte, claro que aqui também não podemos dizer que não há, do poder central, há e é evidente, porque todos os partido, seja PS, seja PSD, PSD em coligação com o CDS, PS apoiado com Bloco de Esquerda e Partido Comunista, todos falam do interior, todos dizem que há uma acentuada desertificação do interior, mas nada fazem e ainda bem que ninguém lhe deu ouvidos, porque se lhe fosse dado ouvidos, hoje em dia Santa Marta de certeza absoluta que estava no último lugar, porque o Senhor pretendia destruir economicamente Santa Marta ao pedir a insolvência/destruição das Caves-Santa Marta o Senhor queria destruir o principal motor, o principal pulmão deste Concelho. -----



----- Uma outra questão Senhor Presidente. Volta a Nacional n.º 2, o Senhor aqui e quanto à Nacional n.º 2 toda gente sabe qual é a posição da Bancada do PSD, sempre elogiosa. E quanto a Nacional n.º 2 também aqui foi elogiado neste projeto, foi elogiado neste projeto e o Senhor disse. É um projeto para três anos. -----

----- E muito bem com uma despesa significativa, mas nós muito bem é uma boa forma de divulgar a Nacional n.º 2, no entanto fez um ano e nada mais se fez, ou seja um projeto só se consolida com dois ou três anos, houve uma despesa relevante no primeiro ano, se o projeto tem continuado até podia ser autossustentado, basta só as suas deslocações, andou a passear pelo país inteiro à custa do Município e só isso já é uma despesa relevante, mas aquilo que eu quero saber é por que razão foi interrompido este projeto, por que razão era um projeto para três anos e morreu no primeiro. -----

----- Uma outra situação Senhor Presidente de Câmara, isto até é pelo que ouvi dizer, ou seja não tenho conhecimento, é pelo que ouvi dizer, mas como ouvi dizer e até nem dou qualquer relevância ao que ouvi dizer, mas aproveito como estou aqui à sua frente e à frente do Senhor Presidente da Junta de Fontes para lhe por esta questão. -----

----- O Senhor conhece esta situação. Um patamar de acesso a uma garagem colocada na rampa de acesso que dá à parte inferior dos Bombeiros Voluntários. E segundo o que ouvi dizer, o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Fontes autorizou, obviamente ilegalmente, verbalmente se autorizou esta obra com a sua anuência. -----

----- Ouvi dizer que este Senhor já tinha pedido esta obra ao anterior Presidente de Junta, Senhor Raul, que lhe negou, também pediu esta obra ao Senhor Presidente de Junta Hugo Sequeira que também lhe foi negado, obviamente e outra coisa não podia ser porque está a tapar aqui parcialmente a via pública, por isso a questão muito concreta para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia é esta. É verdade ou não que o Senhor verbalmente



autorizou este senhor a realizar esta obra, o que eu ouvi dizer a mim não me interessa, por isso é que aproveito o Senhor estar aqui para nos esclarecer. -----

----- É verdade ou não que o Senhor autorizou esta obra com a anuência do Presidente da Câmara. -----

----- E Senhor Presidente de Câmara que medidas imediatas vão ser tomadas, ou se mais uma vez vai imputar todas as responsabilidades no Senhor Vereador José Manuel Moreira.

----- E finalmente só para terminar Senhor Presidente da Assembleia Municipal, também não posso deixar de fazer aqui uma referência ao que disse o Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal quanto à limpeza da Vila e do Concelho. -----

----- Aproveite a entrega das boas festas para verificar o estado degradante a que o Senhor está a deixar ficar o Concelho, o Senhor recebeu uma quinta bem granjeada e vai deixar uma quinta totalmente a monte, aproveite também essas visitas para o Senhor verificar isso. E disse aqui em resposta a esta questão. Tem razão não escondemos que os nossos serviços não têm sido competentes e assumimo-lo aqui, portanto tem toda a razão e temos que verificar. -----

----- Senhor Presidente da Câmara toda gente sabe que nesta Câmara em muitos serviços há pessoas nitidamente a mais, qualquer dia é necessário colocar um semáforo nesta Câmara, há funcionários colocados no auditório sem nada fazer, mas há uma coisa que também temos que dizer, se há um défice é nos serviços externos, isso é constatado por toda gente. O Senhor passou aqui um atestado de incompetência a todos os funcionários Municipais que realizam serviços externos, que fazem o melhor que podem e senão fazem mais é porque não conseguem, e mereciam uma palavra de solidariedade da sua parte e não um atestado de incompetência.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado José Emílio, proferindo as seguintes palavras: ---



----- “Boa noite a todos, eu queria contrapor aqui, é verdade que saíram os dados estatísticos sobre a posição do Concelho de Santa Marta de Penaguião, e também não consigo ler porque está em letras muito miudinhas e não lhe sei dizer qual é a posição, mas sei que é até perto dos últimos. Mas também se continuo a ler o Expresso fez um estudo paralelo, e o quê que alertou, que os municípios do interior têm um poder de compra superior ao declarado, Senhor Deputado dou-lhe uma cópia, temos aqui o caso de Montalegre, em que 67% dos carros que a população tem são topo de gama e “premium”, portanto é porque têm poder de compra em Santa Marta. É a mesma coisa que você mandar vir um pedreiro, quanto é que ganha um pedreiro, setenta euros, ganha setenta ao dia, quanto é que paga ao fisco, o mínimo, o quê que conta para estatística o mínimo. Mas a nível nacional não é assim, se calhar nos grandes centros em que trabalham por conta doutrem não é assim que funciona. Quanto é que ganha o homem da vinha, quarenta euros, quanto é que declara para a Segurança Social ou para o Fisco, o mínimo ou zero e tudo isto somado com aquele pessoal que declara é logico que dá um rendimento com um poder de compra muito baixo. E além disso temos que comparar o poder de compra de há quinze anos atrás no Concelho com o poder que tem agora. -----

----- Estamos num nível muito superior ao que estávamos, não tenha dúvidas, porque no tempo em que o seu Governo tomou conta, nós não tínhamos dinheiro para comprar, eu por acaso não me posso queixar muito, tenho uma profissão que ganho mais ou menos bem, mas olho para a população e não tinham dinheiro quase para comer, vocês cortaram em tudo e este Governo repôs o poder de compra e também este Município através de subsídios conseguiu que a população mais carenciada tivessem mais poder de compra.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Conceição, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Boa tarde a todos é só para responder que é mentira, é uma obra que não faz parte das competências da Junta, portanto nós não podemos decidir sobre isso.” -----



----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: ---

----- *“Esclarecer bem porque pelos vistos na última Assembleia parece que não ficou bem esclarecido, relativamente à posição do Presidente da Câmara, não do Executivo porque não houve deliberação. Relativamente às Caves-Santa Marta o quê que nós sempre dissemos, que as Caves não tinham condições de pagar a dívida e tinham dois caminhos, ou havia o perdão da dívida ou então havia um caminho que permitia não pagar a dívida e criar uma nova associação para todos, ninguém tenha dúvidas que a atual situação das Caves é muito melhor e a Direção está de parabéns, porque conseguiram um perdão de dívida significativo, está numa negociação vantajosa, mas muita atenção que estes anos, a partir de 2011 – 2012 só foi possível devido aqueles que tiveram a coragem de ficar. A atual situação das Caves, felizmente este ano é muito melhor e vai ao encontro daquilo que todos nós queremos e a Direção está de parabéns, só se deve à coragem e ao sacrifício daqueles que quiseram resistir e ficaram, que fique bem expresso, e a Câmara nunca quis acabar com as Caves, a Câmara tinha uma solução e para terem uma ideia, o escritório que tinha a solução vai vender um prédio que tinha por sete ou oito milhões, portanto não era um escritório qualquer, portanto era um escritório de advogados que garantia a insolvência das Caves e a criação de uma nova associação com a passagem dos direitos, e a única questão era a “Lei do Terço” no Vinho do Porto, em termos jurídicos. Portanto isso que fique bem claro, não era acabar com as Caves como o Senhor Membro da Assembleia disse. -----*

----- *Relativamente à Nacional n.º 2 desculpem, mas anda tudo distraído. Então nós na quinta-feira passada, faz hoje exatamente oito dias, a Nacional n.º 2 ganhou o prémio nacional do turismo, projeto público, e está parado. Iniciativa do BPI e Expresso com o apoio do Turismo de Portugal. A Nacional n.º 2 ganhou o prémio nacional do turismo na categoria de projeto público. E atenção, o Município de Santa Marta não investiu balúrdios. Sabem quanto é que investiu o Município de Santa Marta, foi nas quotas que são mil e duzentos euros por ano e*

onze mil para o “Grande Prémio”, os cinquenta mil já foi explicado, o Turismo Porto e Norte e que em vez de transferir no protocolo, em vez de fazer com a “Rota”, fez com o Município. Há uma deliberação do Município a aceitar os cinquenta mil e a transferir para a “Rota”, investimento foram onze mil para o “Grande Prémio” e quotas, portanto não é nada, e já agora dizer-lhes que na questão, tem um valorizado de quatrocentos e vinte e oito mil, nos conteúdos está a mais de meio, na capacitação foi agora adjudicado o projeto, portanto está bem, extremamente bem, até ajudam a ganhar eleições, portanto nem sei porque estão a dizer que a Nacional n.º 2 está parada, quando nunca esteve tão bem como agora. -----

----- Depois o ouvir dizer dá muito jeito, mas também ouvi dizer muita coisa. Dizer ao Senhor Membro da Assembleia que naturalmente o Senhor Presidente não deu autorização de nada e que nesta altura o proprietário tem uma ordem de demolição com data da semana passada, salvo erro. Portanto ai estamos esclarecidos. -----

----- Relativamente à limpeza das ruas, eu não dei atestado nenhum de incompetência aos colaboradores da Câmara, porque eles próprios reconheceram que não estavam bem e não tinham detetado a razão do porquê que não estavam bem. Eu disse-lhes qual era a razão e vamos resolver, porque reparem, se um determinado espaço pavimentado com cubos, que é um problema que existe durante sete ou oito anos não teve erva e de um ano para o outro tem erva, alguma razão tem que haver, se são os mesmos funcionários os mesmos procedimentos, alguma razão tem que haver e a razão é muito simples. Como nós temos uma amplitude térmica que anda nos cinquenta, a cinquenta e dois graus, o procedimento que veda entre os cubos estalou e permitiu que a relva saísse. Portanto o que nós temos que fazer agora é voltar a por pó de cimento. É tão simples quanto isto, já foram dadas ordens para o fazer em tempo oportuno se fará. Relativamente aos atestados de incompetência aos colaboradores, estou perfeitamente à vontade porque conversei com eles muitas vezes e numa mesa redonda. Portanto não há atestado de incompetência para ninguém.” -----



----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, proferindo as seguintes palavras:

----- *“Excelentíssimo Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e público em geral. -----*

----- *Esta intervenção é para responder ao Senhor Deputado José Emílio. É verdade que a governação do Passos Coelho foi penosa e eu que o diga enquanto funcionário público. Gostava de lembrar que estávamos num período de “Troika” em que alguém levou o País a uma “pré-banca rota”, enquanto nós Portugueses estávamos a pagar isso, havia alguém a “viver à grande e à francesa” e se isso não bastasse ainda foi viver quase um ano à nossa custa para Évora.” -----*

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: ----

----- *“Senhor Presidente da Câmara. O Senhor pôs-se aí a falar de assuntos de que ninguém fez, esta questão do relvado, está mesmo totalmente desorientado. Mas não respondeu há minha pergunta. Por que razão foi interrompido o projeto da “Volta à Nacional n.º 2 de bicicleta, eu fiz-lhe esta pergunta, muito clara e o Senhor não respondeu.” -----*

----- *Seguidamente os Senhores Membros do Executivo interromperam insurgindo-se relativamente à questão colocada, afirmando que a questão não mencionava a Volta à Nacional n.º 2 em bicicleta. -----*

----- O Senhor Presidente da Câmara toma a palavra e diz: -----

----- *“Agora assumo, diga.” -----*

----- O Senhor Deputado Paulo Prior retoma a palavra dizendo: -----

----- *“Tenha calma. A Volta à Nacional n.º 2, eu acho que disse, mas está aqui gravado. Tenha calma, está desorientado, ó Senhor tenha calma. Eu já lhe disse que as suas ameaças para mim são pequenos croassãs ao pequeno-almoço, são engolidos de uma vez. Mentiroso é o Senhor. -----*



----- Perante a celeuma que se instalou, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu calma ao Senhor Deputado Paulo Prior, afirmando que tem o direito à palavra, mas dentro do normal civismo. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior retoma a palavra dizendo: -----

----- *“Deixe-me só colocar a questão, é muito rápido, Volta à Nacional n.º 2, projeto de três anos, por que razão só realizou um ano.”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: ---

----- *“Senhor Membro da Assembleia, faça um pedido por escrito, está a ouvir, faça um pedido por escrito ao Presidente do Concelho Executivo da Associação de Municípios da Rota Nacional n.º 2, que ficará respondido.”* -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.** -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2020 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2020, com o seguinte teor: -----

----- *“Considerando que:* -----

----- *O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território Português, constitui receita dos Municípios onde os mesmos se localizam;* -----

----- *O Executivo Municipal pauta a sua atuação por valores que respeitem e reforcem a coesão social e territorial e se baseia no apoio contínuo às famílias residentes no Concelho; -*



----- O Concelho de Santa Marta de Penaguião deve continuar a dar um sinal de que vale a pena investir e viver num concelho que procura afirmar incessantemente a qualidade de vida dos seus munícipes e apostar no presente para garantir o desenvolvimento futuro; -----

----- O rigor e a transparência na gestão e correta e cuidada aplicação dos “dinheiros” públicos têm constituído os princípios fundamentais da política orçamental prosseguida por este Município; -----

----- Foi neste contexto, e por se entender fazer todo o sentido, que a consolidação do equilíbrio financeiro do Município deve concorrer para a redução da carga fiscal dos contribuintes deste concelho, bem como para a dinamização da sua atividade económica, criando inclusive alguma competitividade fiscal relativamente a municípios vizinhos, que foi aprovada, já em 2013 (no anterior mandato deste Executivo Municipal), a redução, na ordem dos 20% da taxa do imposto municipal sobre imóveis, comparativamente à taxa aplicada nos anos anteriores (no ano de 2012 foi aplicada a taxa de IMI de 0,4%.); -----

----- Não obstante a redução da receita proveniente deste imposto, verificada desde o ano de 2013 como resultado do processo de avaliação geral dos imóveis, e à semelhança dos anos anteriores, fará todo o sentido manter-se o nível da tributação deste imposto, em face da conjuntura económica e financeira nacional. -----

----- Assim, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 112.º do Código do IMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com as suas ulteriores alterações, os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, ou seja, 0,3% a 0,45% para os prédios urbanos. -----

----- Por outro lado e de acordo com o n.º 1 do artigo 112.º-A do mesmo Código, os Municípios, podem, ainda, também mediante deliberação do órgão deliberativo, fixar uma redução da taxa do IMI que vigorará no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte do prédio

urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

----- Os mapas seguintes demonstram as taxas e as deduções aprovadas para os anos de 2015 a 2018 e o valor do imposto municipal sobre imóveis que reverteu a favor dos sujeitos passivos deste imposto naqueles anos, bem como o valor que reverterá para os mesmos sujeitos passivos em 2020. -----

----- No Mapa I demonstra-se que os Penaguienses nos anos de 2015 a 2018 beneficiaram da redução da taxa a aplicar aos prédios urbanos no valor de 958 058,58€ a que corresponde uma percentagem de 62,42%, atingindo no final do ano de 2020 o valor de 1 143 739,90€ e uma percentagem de 62,98%. -----

----- Importa referir que os anos de recebimento por parte do Município correspondem aos anos de cobrança pela Autoridade Tributária e Aduaneira sendo que as liquidações efetuadas por esta entidade e os impostos dizem respeito, respetivamente, aos anos que antecedem. A cobrança da redução do IMI sobre imóveis, atendendo ao número de dependentes do agregado familiar, só passou a ter efeitos a partir do ano de 2016. -----

Imposto Municipal sobre Imóveis (Prédios Urbanos)

Ano de Recebimento	Taxas / Valores			Diferença	Obs
	0,3% (*)	0,45%	0,50%		
2015	353 286,16 €		597 462,15 €	-244 175,99 €	
2016	279 404,89 €		474 493,49 €	-195 088,60 €	
2017	303 174,49 €	468 642,28 €		-165 467,79 €	
2018	319 109,36 €	492 822,33 €		-173 712,97 €	
2019	336 209,87 €	515 823,10 €		-179 613,23 €	
Soma	1 591 184,77 €	1 477 287,71 €	1 071 955,64 €	-958 058,58 €	
2020	354 230,72 €	539 912,04 €		-185 681,32 €	a)
Total	1 945 415,49 €	2 017 199,75 €	1 071 955,64 €	-1 143 739,90 €	

(*) Taxa aprovada pela Assembleia Municipal e valores liquidados pela Autoridade Tributária e Aduaneira

a) Valor estimado tendo em conta a percentagem da variação da liquidação do IMI dos dois anos anteriores

Fonte: Acesso ao Portal das Finanças - Art.º 19.º, n.º 7 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro

----- Da análise do Mapa II, verifica-se que do valor total da liquidação da coleta do IMI de prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, cerca de 30,08% (55.740€) constitui apoio municipal aos agregados familiares com dependentes.-----

Mapa II - Agregados Familiares com Dependentes - Artigo 122.º-A do Código do IMI

Ano de Recebimento	Nº dependentes a cargo	N.º de agregados (*)	Redução aprovada	Valor da redução	Colecta IMI (*)	Receita do Município
2016	1	267	10%	-	22 026 €	22 026 €
	2	169	15%	2 856 €	19 039 €	16 183 €
	3	22	20%	364 €	1 820 €	1 456 €
	Total			3 220 €	42 885 €	39 665 €
2017	1	261	20 €	5 220 €	19 499 €	14 279 €
	2	166	40 €	6 640 €	15 006 €	8 366 €
	3	22	70 €	1 540 €	1 965 €	425 €
	Total			13 400 €	36 470 €	23 070 €
2018	1	262	20 €	5 240 €	18 986 €	13 746 €
	2	149	40 €	5 960 €	13 959 €	7 999 €
	3	26	70 €	1 820 €	2 090 €	270 €
	Total			13 020 €	35 035 €	22 015 €
2019	1	258	20 €	5 160 €	18 544 €	13 384 €
	2	146	40 €	5 840 €	14 129 €	8 289 €
	3	32	70 €	2 240 €	2 243 €	3 €
	Total			13 240 €	34 915 €	21 675 €
2020	1	254	20 €	5 080 €	18 886 €	13 806 €
	2	142	40 €	5 680 €	14 870 €	9 190 €
	3	30	70 €	2 100 €	2 251 €	151 €
	Total			12 860 €	36 007 €	23 147 €
Total Geral				55 740 €	185 311 €	129 572 €

(*) Informação prestada pela Autoridade Tributária e Aduaneira

----- Nos termos expostos, proponho: -----

----- 1 - Que ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o Executivo Municipal delibere aprovar, sob a forma de proposta:

----- a) A taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2020 aos prédios urbanos; -

----- b) A redução da taxa do Imposto sobre imóveis a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar; -----



----- 2 – *Que as propostas sejam submetidas à apreciação da Assembleia Municipal para os efeitos previstos nos artigos 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, em conjugação com as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.* -----

----- *As deliberações da Assembleia Municipal correspondentes devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima, caso as comunicações não sejam recebidas pela Autoridade Tributária até 31 de Dezembro.* -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 31 de outubro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou apalavra o Senhor Deputado Paulo Prior que proferiu as seguintes palavras: -

----- *“Senhor Presidente só para lhe dizer muito rapidamente que o período disponível, à exceção dos pontos 9,10 e 11, ou seja solicitamos à Mesa que sejam transferidos para os períodos dos pontos 9,10 e 11, o restante. Porque são assuntos consensuais, não serão objeto de qualquer intervenção por parte da nossa bancada.”* -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **2.3** – Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2020, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1, artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro). -----



----- Presente a proposta da Câmara Municipal de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, cujo teor consta do ponto anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2020 (artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal, sobre proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2020, com o seguinte teor: -----

----- *“De acordo com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.* -----

----- *De harmonia com o disposto no n.º 2 do supra citado artigo 26.º, a participação variável depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara à Autoridade Tributária (AT), até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.* -----

----- *Ainda de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo a ausência da comunicação à AT ou a receção da comunicação para além do prazo estabelecido, equivale à falta de deliberação e*

à perda do direito à participação variável por parte dos municípios. Nesta situação, em conformidade com o n.º 4, ainda do mesmo artigo, ou caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa de 5%, o produto da diferença de taxas e a coleta é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes. -----

----- Assim, considerando que a nossa situação económica e social conjuntural, o Município deve continuar a promover a fixação de pessoas no seu território; -----

----- Considerando que se deve dar sinal de que vale a pena investir e viver num concelho que procura afirmar incessantemente a qualidade de vida dos seus munícipes e apostar no presente para garantir o desenvolvimento futuro; -----

----- Considerando a situação atual de recuperação de uma crise económica que afetou o País ao longo dos últimos anos, refletindo-se gravemente nos rendimentos dos agregados familiares. -----

----- Considerando que conforme se demonstra no mapa seguinte, a política seguida pelo Executivo de proporcionar aos seus munícipes maior conforto financeiro, de apoio às famílias aqui residentes e reforçando a coesão social, representa, nos três últimos anos, cerca de 62,8% (219.942€) do valor da receita da participação variável no IRS que o Município poderia arrecadar, que reverteu em benefício dos sujeitos passivos Penaguienses com domicílio fiscal no Concelho, atingindo 61,42% (421.017€) no ano de 2021, ano em que se reflete a taxa de participação do IRS a aprovar e que incide sobre os rendimentos de 2020; -----

Participação variável no IRS (5%) - Art.º 26.º - Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (*)

Ano de Recebimento	Participação variável de 5%	Percentagens deliberadas / Valores				Receita do Município	Dedução à coleta líquida do IRS / Municípios	Observações
		2,5%	2%	1%	0,5%			
(a)	(b) = 50% X (a)	(c) = 40% X (a)	(d) = 20% X (a)	(e) = 10% X (a)	(f)	(g)		
2016	126 020 €	63 010 €				63 010 €	63 010 €	
2017	112 630 €		45 052 €			45 052 €	67 578 €	
2018	111 692 €			22 338 €		22 338 €	89 354 €	
2019	111 712 €				11 171 €	11 171 €	100 541 €	
2020	111 712 €				11 171 €			
Soma	573 766 €					141 571 €	320 483 €	
2021	111 705 €				11 171 €	11 171 €	100 535 €	1)
TOTAL	685 471 €					152 742 €	421 017 €	

(*) Fonte: Leis do Orçamento de Estado

1) Valor estimado calculado com base na média da participação de 5% nos últimos 3 anos

----- Considerando que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou no ano transato uma participação variável no IRS de 0,5%, a incidir sobre os rendimentos de 2019, fundamentada em pressupostos idênticos aos supramencionados e que se mantém na atualidade. -----

----- Assim, nos termos expostos, propõe-se ao Executivo Municipal: -----

----- 1 - Que delibere fixar a taxa de participação no IRS a que tem direito, a incidir sobre os rendimentos de 2020 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual; -----

----- 2 – Que, em caso de aprovação da presente proposta, a mesma seja submetida à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.” -----



----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 31 de outubro de 2019. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **2.5** – Deliberar sobre proposta de redelimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta de Penaguião (n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de redelimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta de Penaguião, com o seguinte teor: -----

----- “*Considerandos:* -----

----- *A Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião em reunião ordinária de 14 de junho de 2016, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Urbano de Santa Marta de Penaguião.* -----

----- *Aquando da Delimitação a equipa contratualizada para a elaboração da ARU do Centro Urbano de Santa Marta de Penaguião, bem como os serviços técnicos, consideraram como sendo a solução mais adequada e proporcional, a adoção, como limite, o perímetro do Plano Geral de Urbanização de Santa Marta de Penaguião.* -----

----- *Ora, dispõe o artigo 12.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual) sob a epígrafe “Objeto das áreas de reabilitação urbana” que “As áreas de reabilitação urbana incidem sobre espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das*



infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada”. -----

----- Destarte, e face ao circunstancialismo descrito foi detectado que no perímetro da ARU do Centro Urbano de Santa Marta de Penaguião se encontrava uma percentagem considerável de Solo Rural (Área Rural Envolvente), estando este fato na génese da necessária Redelimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Urbano de Santa Marta de Penaguião, de forma a cumprir cabalmente ao estipulado na citada norma. -----

----- Face às razões de facto e de direito enunciadas, tomo a liberdade de propor ao Executivo Municipal que delibere: -----

----- • Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a Redelimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Urbano de Santa Marta de Penaguião, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), conforme Planta de Redelimitação e Memória Descritiva e Justificativa. -----

----- • Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal os benefícios fiscais associados, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º e na alínea a) do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), conjugado com os n.ºs 21 e seguintes do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, para os efeitos previstos no já citado artigo 71.º do EBF”. -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 3 de dezembro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----



----- **2.6** – Deliberar sobre os benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta de Penaguião (alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º e alínea a) do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, conjugado com os n.ºs 21 e seguintes do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre os benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana do Centro de Santa Marta de Penaguião, cujo teor consta do ponto anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a proposta de alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos que frequentam o Ensino Superior (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos que frequentam o Ensino Superior, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que a educação e a formação são componentes que contribuem indiscutivelmente para o incremento de uma sociedade mais competitiva, mais justa e mais capaz de se ajustar às constantes mudanças e evoluções. -----

----- Considerando que a educação deverá ser um direito de todos e para todos. -----

----- Considerando que os agregados familiares com filhos em idade escolar têm uma responsabilidade económica acrescida, sendo esta mais acentuada, quando se trata do ensino superior. -----

----- Considerando que o Município de Santa Marta de Penaguião tem em ponderação as suas famílias e os seus jovens e revê na atribuição de auxílios económicos a estudantes do ensino superior uma oportunidade, enquanto forma de eliminar ou pelo menos minorar as desigualdades económicas e sociais, que muitas vezes se tornam reais impeditivos na prossecução dos seus estudos. -----

----- Considerando que o regulamento já existente, de 12 de dezembro de 2016, se encontra desfasado da situação atual, impõe-se aprovar um novo regulamento, que pretende tornar a atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior, mais justa e com mais equidade, de acordo com as novas condições de acesso. -----

----- Considerando que para a concretização destas atribuições foram cometidas às Câmaras Municipais competências em matérias de ação social escolar, conforme se alcança do preceituado na alínea hh) do n.º 1 artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- Propõe-se ao Executivo Municipal que delibere aprovar: -----

----- a) A proposta de alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de estudo aos Alunos que frequentam o Ensino Superior, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- c) Que, em caso de aprovação pelo Órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no sítio da internet do Município e mediante publicação no Diário da República”. ----



----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 3 de dezembro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **2.8** – Deliberar sobre a proposta de alteração do Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Santa Marta de Penaguião, com o seguinte teor: -----

----- *“Considerando que o voluntariado é uma atividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afetam a sociedade em geral.* -----

----- *Considerando que se incluem nesta atividade os bombeiros voluntários que sob o manto inconfundível do desinteresse e do voluntariado, repartem diariamente abnegação, altruísmo, solidariedade e heroísmo.* -----

----- *Consideração que a proteção de vidas humanas e bens em perigo, tantas vezes conseguidas por atos de coragem e abnegação dos «soldados da paz», deve ser credora do incondicional reconhecimento da comunidade e das suas instituições, pelo que é desejável e necessário promover o apoio social aos Bombeiros Voluntários do Município, não só pelo desempenho de tão nobre atividade, mas também para incentivar a permanência e à adesão a esta causa.* -----



----- Considerando que, no exercício das funções que lhe foram confiadas, os bombeiros estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios: i) observar e compreender escrupulosamente as normas e regulamentos legais, aos atos praticados; ii) atuar com dedicação, competência, zelo, assiduidade e correção; e iii) cooperar, ao nível municipal e distrital, com os organismos da proteção civil. -----

----- Assim, considerando que: -----

----- i. a ação social e a proteção civil são atribuições do Município, previstas nas alíneas h) e j) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- ii. que, para efeitos de aplicação do regulamento, cujo projeto se apresenta para apreciação e consequente aprovação, são bombeiros voluntários, os indivíduos que, integrados voluntariamente em corpos de bombeiros, com a missão de proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, socorro de feridos, doentes, ou ainda de outros serviços previstos nos regulamentos e demais legislação em vigor; -----

----- iii. que nos termos do disposto na alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; -----

----- iv. que a proposta do regulamento inclui a concessão de reduções ou isenções de taxas à luz do disposto no artigo 14.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e por esse motivo deve ser remetido à Assembleia Municipal, com vista à sua aprovação, nos termos conjugados das alíneas k), do n.º 1 do artigo 33.º e g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- Propõe-se ao Executivo Municipal que delibere aprovar: -----



----- a) A proposta de alteração ao Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- c) Que, em caso de aprovação pelo Órgão Executivo e Deliberativo, deverá ser dado a conhecer às Corporações de Bombeiros do Município, bem como proceder à sua divulgação por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no sítio da internet do Município e mediante publicação no Diário da República” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 3 de dezembro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **2.9** – Deliberar sobre a autorização prévia para a contratação de empréstimo a médio e longo prazos, no montante de 700.000,00€ para a realização do investimento, “Pavimentação de Estradas e Caminhos no Concelho”, (n.º2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre a autorização prévia para a contratação de empréstimo a médio e longo prazos, no montante de 700.000,00€ para a realização do investimento, “Pavimentação de Estradas e Caminhos no Concelho”, com o seguinte teor: ---

----- “A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime

Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), determina no n.º 2 do artigo 51.º, que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de serem identificados no contrato de empréstimo, quando ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no Orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no Plano Plurianual de Investimentos, a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

----- Existindo a pretensão de contratar um empréstimo de longo prazo (20 anos) no montante total de 700.000,00 €, para financiar o projeto/ação, abaixo descrito, ultrapassando 10% das despesas de investimento do Orçamento do exercício (2.954.358,00€ x 10% = 295.435,80€), torna-se imprescindível a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal: -----

Objetivo	Referência ao PPI		Classif. Económica Orçamental	Designação do Investimento/Obra	Dotação atual definida	Valor a ser financiado
	Projeto/Ação	N.º				
3.3.1	02	121/2014	07.03.03.08	Pavimentação de estradas e caminhos no Concelho	11.860,00 €	700 000,00 €
TOTAL					11.860,00 €	700 000,00 €

----- Nos termos expostos, propõe-se que: -----

----- O Executivo Municipal aprove solicitar à Assembleia Municipal a discussão e autorização do citado investimento, nos termos da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para cumprimento do estabelecido no n.º 2, do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua atual redação.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 3 de dezembro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, proferindo as seguintes palavras: -----



----- “Aproveito esta intervenção do ponto 9, e 10, como estão relacionados, em relação ao documento que o Senhor Presidente da Câmara, por intermédio da Mesa nos fez chegar acerca da capacidade de dívida do Município. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara gosta muito de trazer a esta Assembleia assuntos relacionados com o seu antecessor e posso-lhe dizer já assim de rajada, que eu em relação ao seu antecessor, sempre fui e nada lhe devo, sempre fui adversário político, agora o Senhor não sei se pode dizer o mesmo. -----

----- Disse o Senhor Presidente na última reunião da Assembleia o seguinte, porque o Senhor anda a vender a banha da cobra já há muito tempo e disse assim o Senhor a esta Assembleia Municipal, que herdaram em 2013, tudo isto para depois chegar à razão pelo qual vamos votar contra a atribuição deste empréstimo, e diz o Senhor. -----

----- Nós herdamos em 2013 e se não confiar peça por escrito. Não preciso pedir por escrito tenho acesso aos documentos oficiais do Município chega-me e sobra-me. E diz que o senhor herdou uma dívida de um milhão e duzentos mil euros a fornecedores, para ter uma ideia, só quinhentos e qualquer coisa mil foi da estrada do Rodo, que foi inaugurada como sabe em agosto e da maneira que foi. -----

----- A maneira que foi, foi à maneira normal não vi qualquer diferença desta inauguração em relação a outras. Depois dizer-lhe outra coisa e também queria que ficasse em Ata que fosse dado conhecimento a todos os Membros desta Assembleia a dívida à banca em 2013 e a atual dívida à banca. Pagamos mais de dois milhões de euros. E na verdade o Senhor Presidente, na altura Vereador fez um requerimento no executivo, que eu agradeço. O Senhor anda a distribuir os miminhos das boas festas pelo Concelho, mas nunca tive o prazer de o receber da sua parte, claro que foi a minha casa, mas como é óbvio aquela hora não está ninguém e não tenho dúvidas que mo entregava pessoalmente e também não tenha dúvidas que também era bem recebido, porque acima de tudo tenho respeito, um enorme respeito



pelo cargo institucional, seria sempre bem recebido nessa qualidade. No entanto eu já não preciso desse miminho, o Senhor já me enviou o miminho por e-mail. -----

----- O Senhor em 2013, na altura Vereador a tempo interior fez um requerimento ao Município a pedir as informações seguintes. -----

----- Venho requerer que seja pedido aos serviços Municipais as seguintes informações subscritas pelos mesmos, valor do montante em dívida. -----

----- Pasmem-se um Vereador a tempo não saber qual era o valor que têm em dívida. -----

----- Conta corrente das obras de construção da estrada de ligação de Santa Marta à Régua, via Rodo, primeira e segunda fase. Pretende-se saber o volume de obra realizada, o valor pago e o valor ainda por pagar em função do valor total final respetivo. -----

----- E foi-lhe fornecida esta informação em relação a essas obras e digo-lhe já que para mim foi das obras mais estruturantes que foram feitas no Concelho de Santa Marta de Penaguião, dos maiores investimentos feitos nos últimos trinta anos. Podemos concordar ou não com esta obra, mas o PSD sempre defendeu a criação desta via, porque defendia a zona oficinal, o Senhor bem sabe, não no local onde se encontra hoje, mas no Rodo, o Senhor sabe muito bem que o PSD, enquanto eu fui vereador defendia isso, mas o que o senhor defendia nós não sabemos porque durante quatro anos não abriu uma única vez a boca. -----

----- Então vamos lá analisar. Valor da adjudicação desta obra, primeira fase, em números redondos, setecentos e sete mil, valor faturado quinhentos e quarenta e quatro mil, valor pago quatrocentos e vinte e cinco, valor faturado não pago cento e dezoito, valor por faturar cento e sessenta e três, dívida total duzentos e oitenta e dois mil. Segunda fase, valor da adjudicação novecentos e dezasseis mil, faturado oitocentos e oitenta e oito mil, pago setecentos e cinco mil, valor faturado não pago cento e oitenta e três mil. Isto estamos na presença de uma obra de um milhão e seiscentos e vinte e quatro mil, que efetivamente em setembro de 2013 encontrava-se por pagar quatrocentos e sessenta e cinco mil. -----



----- O Senhor hoje tem a água num valor quase semelhante, o Senhor deve tanto de água às Águas do Norte, quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta euros e nove cêntimos, o Senhor não paga água, deve mais de água do que esta dívida que recebeu. -----

----- Mas Senhor Presidente da Câmara o que interessa não é o valor em setembro, o que interessa é o valor em 31 de dezembro, e em 31 de dezembro temos, Relatório de Gestão de 2013, página 25, valor em dívida a fornecedores cento e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta euros e sessenta e seis cêntimos, é este o valor em dívida em 31 de dezembro que nos seus mandatos tem subido exponencialmente. Ora em 2014 basta consultar o Relatório de Gestão de 2018, também página 25, em 2014 o valor a fornecedores, em 31 de dezembro era de trezentos e trinta e quatro mil, baixou em 2015 para trezentos e quinze mil, baixou em 2016 para duzentos e trinta e seis mil e aumentou exponencialmente em 2017 para seiscentos e noventa e cinco e no ano passado bateu todos os recordes ao fixar-se o valor em dívida a fornecedores em 31 de dezembro na módica quantia de um milhão e vinte e nove mil euros. Por isso, aquilo que o Senhor anda aqui várias vezes a dizer, que herdou uma Câmara cheia de dívidas, é apenas vender a banha da cobra, porque isso não corresponde à verdade. -----

----- E digo-lhe mais, o Senhor em relação a esta obra do Vale do Rodo, à obra no largo em São João de Lobrigos, agora não me recordo do nome e em relação à obra junto ao estádio Municipal, o Senhor recebeu em “overbooking”, aproximadamente um milhão de euros, o Senhor herdou créditos, o Senhor não herdou dívida, o Senhor está é a fazer dívida e quando diz e diz muito bem que atualmente o valor em dívida do Município é menor, mas alguém podia pressupor outra coisa se o Senhor não espeta um prego, o Senhor não faz um único investimento e queria que aumentasse o valor da dívida. O valor da dívida tem diminuído consideravelmente de acordo com aquilo que foi contratualizado, o que é normal. Mas também não é verdade Senhor Presidente da Câmara que a dívida em 2013 aumentou, diminuiu Senhor Presidente da Câmara. Em 2010 a dívida do Município era de quatro milhões duzentos

e sete, em 2011 quatro milhões duzentos e sessenta e nove, baixou em 2012 para três milhões oitocentos e sessenta e nove e baixou em 2012 para três milhões oitocentos e sessenta e nove e baixou em 2013 para três milhões quatrocentos e trinta e três. Por isso é mentira aquilo que o Senhor diz frequentemente, que houve aumento de dívida. Em 2013, quando o Senhor iniciou o mandato a dívida baixou e agora comparando com o valor do Senhor sem fazer nada, o valor previsto para 2020 são dois milhões e duzentos mil, ou seja há uma diferença de aproximadamente um milhão. Vou-lhe mostrar aqui por (A+B), que o Senhor encontrou uma boa situação financeira, mas vai deixar uma péssima situação financeira e vou-lhe demonstrar aqui porquê. Porque o Senhor atualmente hipotecou de tal forma as despesas correntes fixas, ou seja as receitas correntes estão totalmente hipotecadas face à elevação das despesas correntes fixas, designadamente com pessoal, entre outras em que o Senhor aumentou em quase um milhão de euros. O que acontece, o senhor aumenta despesas fixas condicionando as despesas correntes, não tendo margem de manobra. Um milhão de euros Senhor Presidente em quatro anos são aproximadamente quatro milhões, o que dá para fazer muita coisa no Município, agora como o Senhor tem isto hipotecado, para fazer agora qualquer obra a tendência vai sempre subir, se fizer algum investimento vai sempre subir a dívida. Qualquer dia para se pintar um banco de jardim é preciso recorrer a um empréstimo, porque o Senhor não está minimamente preocupado com o futuro do Concelho, o Senhor não gosta assim tanto de Santa Marta de Penaguião, o Senhor está mais preocupado com o seu futuro político. O Senhor acusa-me aqui muitas vezes e muitas vezes diz que eu não sou de cá, que eu não nasci cá que aterrei cá, mas na verdade eu por uma razão especial não nasci cá, mas aterrei cá por uma razão especial, as minhas raízes estão aqui todas agora o Senhor não nasceu cá, parou aqui como podia ter parado em qualquer outro sítio. O Senhor vai entregar este Concelho totalmente arruinado do ponto de vista económico. Havia um Ministro das Finanças, que era o Medina Carreira que dizia que para

Ministro das Finanças bastava uma boa dona de casa. O Senhor faz política a pensar quem vier a seguir que feche a porta. -----

----- Uma última questão Senhor Presidente da Câmara. Quais são as estradas e caminhos que vão ser contemplados com este empreendimento, quais são as obras que vai realizar, em que caminhos e em que estradas.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara proferindo as seguintes considerações: -----

----- “Não sei o quê que isso tem a ver com o empréstimo, não percebi. -----

----- Primeiro é interessante dizer que eu sou mentiroso, que falto à verdade, quando do outro lado é a mesma coisa. -----

----- A estrada do Rodo não teve participação nenhuma dos fundos comunitários, zero, depois temos que ver que nós pagamos e para não perguntar aos Senhores Presidentes das freguesias, pergunte, ao da altura o Senhor Presidente da União de Freguesias de Louredo e Fornelos e ao de Fontes, o que lhes foi dito em outubro se quiser ouvir. Em outubro nós, em 2013 e 2014 não vamos fazer nada para repor as contas, em outubro, novembro e em dezembro, fomos ao resultado de 31 de dezembro, mas tivemos que pagar outubro, novembro e dezembro. Depois é muito simples nas contas correntes, vão às Atas e veem onde é que o PSD votou contra a baixa dos impostos que é o que faz a diferença nas contas correntes. ---

----- Se fizerem uma proposta na Assembleia, aliás vamos fazer um desafio. O Senhor Vereador do PSD que está aqui presente na próxima reunião faz uma proposta de IMI para o máximo e IRS para o máximo em 2021, e nós votamos a favor e começamos a repor as contas correntes, é tão simples quanto isso. Basta fazer as contas do que nós não arrecadamos no IRS e deixamos às pessoas, é simples, porque só fazem metade das contas, são muito certos. Fazem aqui um alarido, que isto vai ficar uma desgraça, mas não fazem estas contas. É só fazer as contas do IMI e do IRS e as receitas correntes ficam impecáveis, está aqui o desafio



e o PSD na próxima reunião de Câmara faz a proposta para 2021 no máximo. Aliás no tempo em que era Vereador o Senhor Luís Bastos apresentou uma proposta para se baixar o IRS ainda mais, mas não fazem contas, é para baixar o imposto, mas não fazem as contas das receitas correntes, mas nós temos-las feito, é só ver aquilo que nós não arrecadamos que andará à volta de um milhão e qualquer coisa mil euros nestes anos, depois tem a ver com a questão de que não reduzimos ao pessoal, mas estamos aqui todos, ainda há dez minutos estavam a dizer que não tínhamos pessoal lá fora, que faltava pessoal. Então gastamos no pessoal e falta pessoal, vamos entender. Agora que digam, o PSD que faça uma proposta de contestação em que a Câmara faz mal admitir os precários, se o PSD tiver uma proposta a dizer que foi contra os precários e votou a favor, então se nós não tivéssemos admitido os precários a despesa com pessoal mantinha-se igual, mas votaram a favor ou esqueceram-se que ao votar a favor que aumentava a despesa e isto da abstenção não é nada, é andar aqui a não fazer nada ou é sim ou é não, ou somos pretos ou somos brancos, abster-se contra a admissão dos precários isto é o quê. Para dizer ao António, olha eu até queria mas não pude e dizer à Maria olha eu não quis porque o António também entrava, portanto esta seriedade é que falta e que digam somos contra os precários e que digam aqui que foram contra nós termos mais doze funcionários na escola, que digam aqui que foi asneira o executivo ter admitido os doze precários para por na escola e a escola deveria ter menos doze funcionários, que digam aqui ou só veem um lado das contas, que digam. E se disserem aqui percebem que de facto não é assim tão linear e que as contas não se fazem. Mas como nós não somos corajosos e de facto não fazemos parte do grupo da venda da banha da cobra como nos acusa, temos aqui publicamente um milhão oitocentos e cinquenta mil euros em obras, não tivemos uma reclamação, nem um desmentido, não fizemos nada, não pregamos um prego, será que o prego é de lítio, deve ser só pode um prego custar um milhão e oitocentos mil, grande prego. Não fizemos nada, a sorte é não haver aqui imprensa, para quem não prega



um prego em seis anos, está aqui é só ver e atenção aqui não está a escola porque se metesse aqui a escola isto vai para cinco milhões, mas não fizemos nada. Sabem qual é a vantagem, é que nós fizemos isto e contribuímos para a felicidade de muita gente e isso incomoda muito, incomodou muito em 2017 muito mesmo e em 2021 a nossa expectativa é que incomode muito mais.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior que proferiu as seguintes palavras: --

----- “O Senhor em 2013 era Vereador a tempo inteiro e o Senhor não teve vergonha de fazer esta pergunta anedótica. Qualquer zé da esquina minimamente informado sabe quais são as dívidas do Município, basta ir ao site da Câmara que todos nós sabemos, e o Senhor tinha tempo mais que suficiente para isso, o Senhor teve dois anos com um único Pelouro, com os cemitérios e além disso cemitério só um é que é Municipal. O Senhor deveria conhecer os números na ponta da língua, mas o Senhor esteve dois anos sem fazer nada à custa do Município a tratar da sua vida política. Retiraram-lhe todas as competências, isso foi um enxovalho se o Senhor tivesse um pouco de dignidade política suspendia o mandato”. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara proferindo as seguintes considerações: -----

----- “Primeiro é fantástico como é que um Vereador dois anos com os cemitérios e com os canídeos, arruma as eleições ao PSD. Um Vereador com os cemitérios e com os cães e ganha ao PSD, é pá será que alguma coisa está mal, ou esse Vereador era fantástico, da maneira como ganhou e depois em 2017, com a experiência que ganhou nos anos em que tinha os cemitérios e os cães, deu sete a zero nas freguesias e deu dez, quatro e um na Assembleia, e teve quatro a um na Câmara, é pá eu se fosse candidato a Vereador pedia que me pusessem nos cemitérios. Toda gente conhece, toda gente sabe que eu sei que vocês sabem que eu sei, porquê pedi e fiz aquele requerimento naquela altura, aquele Orçamento ainda não vale muito e Santa Marta não tem lítio, mas vai valer mais do que o lítio. -----



----- Sobre a banca nós só pagamos dois milhões trezentos e trinta mil euros à banca e temos nesta altura, nem cem mil de dívida do empréstimo que fizemos autorizado por esta Assembleia e ainda não chegou aos cem mil. Pagamos dois milhões e trezentos e trinta mil euros, se isto não são contas certas.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior que proferiu as seguintes palavras: --

----- “Senhor Presidente da Câmara ainda continua a não responder há minha pergunta. Quais são os caminhos e estradas que vão ser contemplados.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara proferindo as seguintes considerações: -----

----- “Muito bem, então vou ter muito gosto em lhe dizer. A trezentos e quatro, três não sei se sabe onde é, a trezentos e quatro não sei se sabe onde é, mil duzentos e quarenta não sei se sabe onde é, mil duzentos e quarenta a um não sei se sabe onde é, em São João temos três travessas para fazer, em Fornelos temos uma, Fiolhais temos duas, Paradela temos uma, Fontes temos duas ou três, Medrões temos a estrada. Se quiser ir comigo perde um dia e eu mostro-lhe todas.” -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada, por maioria, a autorização prévia para a realização dos investimentos, nos termos da proposta apresentada e aprovada pela Câmara Municipal, com quatro votos contra do Grupo Municipal do “PPD/PSD” e dezasseis votos a favor, sendo catorze do Grupo Municipal do “PS”, um do Grupo de Cidadãos “Fazer mais Pela Nossa Terra” e um do Grupo de Cidadãos “Por Medrões Sempre”. -----

----- **2.10** – Deliberar sobre a contratação de empréstimo a médio e longo prazos destinado ao financiamento de projetos de investimento no valor de 700.000,00€, bem como a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, associado ao contrato do referido

empréstimo (alínea f), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre a contratação de empréstimo a médio e longo prazos destinado ao financiamento de projetos de investimento no valor de 700.000,00€, bem como a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, associado ao contrato do referido empréstimo, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com a deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 15 de Outubro último, procedeu-se à consulta das instituições bancárias constantes da proposta então aprovada, com vista à contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, no valor de 700.000,00 €, para financiamento do seguinte projeto de investimento: -----

Projeto de Investimento a Financiar						
Referência ao PPI			Classif. Económica Orçamental	Investimentos/Obras	Valor do Investimento	Valor a Financiar (Empréstimos)
Objetivo	Projeto/Ação	N.º				
Código						
3.3.1	02	121/2014	07.03.03.08	Pavimentação de estradas e caminhos no Concelho	700 000,00 €	700 000,00 €
TOTAL					700 000,00 €	700 000,00 €

----- Com vista à apresentação de proposta tendente à adjudicação dos serviços financeiros pretendidos e de acordo com as condições gerais aprovadas pela Câmara Municipal na referida reunião, foram consultadas as seguintes instituições bancárias: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L. e Caixa Geral de Depósitos, em Santa Marta de Penaguião, Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco S.A. e Banco Comercial Português, Millennium, S.A., em Vila Real. -----

----- Das instituições bancárias consultadas, apenas consideraram ser oportuna a apresentação da proposta solicitada, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L., a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Santander Totta, S.A., tendo sido excluída a proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L., por introduzir um limite 0 (zero) à evolução do indexante Euribor. -----



----- Para garantir a adequada comparabilidade de todas as propostas apresentadas, foi elaborado um mapa do qual consta toda a informação financeira tida como essencial, para permitir a determinação do mérito das mesmas para efeitos de adjudicação, documento que se encontra anexo aos relatórios elaborados pelo júri que acompanhou todo o processo e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos. -----

----- Conforme consta também daqueles relatórios, a decisão do júri determinou ser a proposta da Caixa Geral de Depósitos, como a mais vantajosa para o Município, atendendo a que apresenta o melhor “spread”, sendo que as restantes condições são idênticas à proposta do Banco Santander Totta, S.A. -----

----- Assim, face ao exposto e tendo em consideração todos os elementos constantes do respetivo processo, acima identificado, proponho que: -----

----- a) A Câmara Municipal delibere autorizar a contratação do empréstimo referido, adjudicando os correspondentes serviços financeiros à instituição bancária “Caixa Geral de Depósitos” de acordo com a análise económica e financeira das propostas, conforme relatórios do júri do procedimento, e nos precisos termos das condições negociais constantes da proposta selecionada, documentos cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- b) Caso a presente proposta mereça a aprovação por parte do Executivo Municipal, se solicite à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- i) A correspondente autorização, ao abrigo das disposições constantes na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e artigos 49.º e 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua atual redação; -----



----- ii) *A autorização prévia da assunção do compromisso plurianual associado ao contrato de empréstimo em apreço, para cumprimento do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação, cujos encargos se distribuem de acordo com o mapa anexo.* -----

----- c) *Após a decisão da Assembleia Municipal, consubstanciada na aprovação da autorização da contratação do empréstimo, dever-se-á adotar os demais formalismos indispensáveis à celebração do presente empréstimo, designadamente a aprovação definitiva das “cláusulas contratuais” por parte do Executivo Municipal e remessa do competente processo administrativo ao Tribunal de Contas, para obtenção do correspondente “visto”.* ----

----- A presente proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 3 de dezembro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada, por maioria, a contratação de empréstimo a médio e longo prazos destinado ao financiamento de projetos de investimento no valor de 700.000,00€, bem como a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, associado ao contrato do referido empréstimo, nos termos do disposto da (alínea f), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, com quatro votos contra do Grupo Municipal do “PPD/PSD” e dezasseis votos a favor, sendo catorze do Grupo Municipal do “PS”, um do Grupo de Cidadãos “Fazer mais Pela Nossa Terra” e um do Grupo de Cidadãos “Por Medrões Sempre”. -----



----- 2.11 – Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2020 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2020, com o seguinte teor: -----

----- “O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/2009, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, refere que os documentos previsionais a adotar por todas as autarquias locais são as Grandes Opções do Plano e o orçamento. Nas grandes opções do plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de que fazem parte o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipal) e no Orçamento é apresentada a previsão anual das receitas, bem como as despesas, de acordo com um quadro de contas. -----

----- Por sua vez, a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL), determina no seu artigo 46.º que o orçamento municipal inclui, para além de um relatório, os seguintes elementos: -----

----- 1. identificação e descrição das responsabilidades contingentes; -----

----- 2. mapa resumo das receitas e despesas da autarquia; -----

----- 3. mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica; ---

----- 4. articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental; -----

----- 5. mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente. -----

----- As autarquias locais encontram-se obrigadas pela conjugação da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que define o regime jurídico das autarquias locais com o estipulado no ponto



3.1.1 do POCAL, à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil. -----

----- O POCAL e o RFAL estabelecem as estritas regras e princípios previsionais às quais o orçamento do Município se deve submeter, designadamente os previstos no referido ponto 3.1.1 das Regras Previsionais com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e nos artigos 40.º a 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

----- Assim, constituem as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2020, o mapa resumo do orçamento, o orçamento da Receita e da Despesa, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipal (Atividades Municipais mais Relevantes), o mapa de transferências de receitas do exterior e da administração central, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental, embora este com carácter não vinculativo conforme justificação constante do relato orçamental, o mapa dos empréstimos e o mapa resumo das transferências para as Freguesias, no âmbito da transferência de competências de acordo com a Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, da delegação de competências em matéria de transportes escolares, e de apoios pontuais de natureza corrente e de outras, a descrição das responsabilidades contingentes, as normas de execução orçamental e o mapa das entidades participadas pelo município. -----

----- Assim sendo, considerando: -----

----- 1 - Que no uso das competências constantes do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a proposta do Orçamento. -----

----- 2 - Que de acordo com o disposto nos artigos 28º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugados com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e suas posteriores alterações, os



municípios dispõem de um mapa de pessoal, o qual deve acompanhar a proposta do orçamento, e cuja aprovação é da competência da Assembleia Municipal; -----

----- 3 – Que da proposta do orçamento que agora se submete à apreciação do Executivo Municipal e à Assembleia Municipal, constam as verbas a transferir para as Freguesias conforme acima referido. -----

----- 4 - Que de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à administração local, as despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não podem ser efetivadas sem prévia autorização do órgão deliberativo, salvo quando resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não exceda três anos; -----

----- 5 - Que conforme dispõe a al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local; -----

----- 6 – Que o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, diploma que contempla as normas legais e disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA referida, determina que para efeitos de aplicação da al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela assembleia municipal poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----



----- 7 - Que o Município contempla nos seus documentos previsionais para 2020, projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos que se prolongam para os anos económicos seguintes; -----

----- 8 - Que estão previstos fornecimentos e serviços não contemplados no Plano Plurianual de Investimentos, nem no Plano das Atividades mais Relevantes, uma vez que este é um documento facultativo à luz do POCAL, que constituem despesas de natureza corrente mas que, no entanto, se encontram incluídas nas correspondentes rubricas do orçamento da despesa corrente. -----

----- Face ao referido, proponho ao Executivo Municipal que delibere no sentido de: -----

----- a) Aprovar os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2020, documentos cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- b) Aprovar o Mapa de Pessoal para 2020, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, o qual acompanha a proposta de orçamento, contendo toda a informação exigível, por força do disposto nos artigos 28.º e 29.º da referida Lei e no n.º 1 do artigo 5.º do mencionado Decreto-Lei, documento cujo teor se dá aqui também por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- c) Que para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aprove solicitar à Assembleia Municipal que esta delibere ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: -----

----- i) Resultem de projetos ou ações constantes do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipal (Atividades Mais Relevantes); ou -----



----- ii) Os seus encargos não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- iii) Que a assunção de compromissos plurianuais referidos nas alíneas anteriores e ao abrigo da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições mencionadas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

----- d) Submeter, sob a forma de proposta, os referidos documentos à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, conforme o que dispõe as alíneas a) e o), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, bem como ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho. -----

----- e) Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelos respetivos órgãos municipais, deverão os mesmos documentos ser publicitados e inseridos na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 31 de outubro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior que proferiu as seguintes palavras: --

----- “Apenas alguns esclarecimentos Senhor Presidente da Câmara. Quanto a este documento a previsão das receitas que são dez milhões e noventa e três mil, obviamente basta fazer uma análise comparativa com os números consolidados que existem anteriormente para chegarmos rapidamente à conclusão que estamos aqui perante um



Orçamento totalmente inflacionado. Contas consolidadas 2018 total das receitas foi de seis milhões quinhentos e cinquenta e seis, 2017 foi de seis milhões oitocentos e cinquenta e três, 2016 seis milhões oitocentos e noventa e seis e em 2015 nove milhões quatrocentos e noventa e um. -----

----- Ainda bem que trouxe à colação a escola, foi justo da escola que se encontra aqui este valor superior ao normal quanto às receitas. Estamos a falar de um projeto e o Senhor não pode retirar proveitos disso, esta sempre a criticar o seu antecessor, estamos a falar de um projeto elaborado e aprovado com fundos comunitários no mandato do seu antecessor, o Senhor apenas executou com os fundos comunitários a 85% e a Câmara suportou 15%, aproximadamente trezentos mil euros, não deve andar muito longe. Mas isto quando havia competência para se conseguir projetos a fundos comunitários, competência que o Senhor não tem, porque sabe que o Concelho de Santa Marta de Penaguião, ao nível do Portugal 2020, é o pior do País. -----

----- Uma outra questão Senhor Presidente da Câmara, se nos pode dar aqui uma explicação, página 11 quanto à grelha dos empréstimos falta o visto do Tribunal de Contas, quanto ao empréstimo contratualizado com a caixa de Crédito Agrícola em 26 de junho do ano passado no valor de quatrocentos e trinta e nove mil euros, falta aqui o visto do Tribunal de Contas, pelo menos o espaço está em branco. -----

----- Uma outra questão senhor Presidente da Câmara, página 14 quero saber qual é o valor em consequência da descentralização no âmbito das transferências das competências para o Município ao abrigo da Lei 50/2018, qual é o valor da transferência referente ao Ministério da saúde. -----

----- Quanto ao pessoal Senhor Presidente da Câmara, vou-lhe aqui dar novamente os números, 2015 um milhão, novecentos e oitenta e quatro, em 2016 o Senhor gastou com pessoal, dois milhões, cento e sessenta e três, em 2017 dois milhões, trezentos e dezassete,



em 2018 dois milhões, quinhentos e dezanove, previsão para 2019 dois milhões e novecentos mil, e agora dois milhões, novecentos e sessenta e quatro, ou seja o Senhor de 2015 a 2020, obviamente que os números de 2019 e 2020 não podemos dar números consolidados, mas estamos a falar de uma despesa fixa que regra geral não existe grande divergência entre a previsão e a execução, basta olhar para 2018 em que foi previsto dois mil quinhentos e oitenta e três e executado dois mil quinhentos e dezanove, o Senhor aumentou esta despesa em novecentos e oitenta mil, trezentos e setenta e cinco euros. -----

----- Os Senhores Presidentes das Junta de Freguesias acho que devem apoiar totalmente esta proposta de Orçamento. -----

----- Quanto às transferências de capital Senhores Presidentes de Junta em 2016 foram previstas setenta mil, em 2017 cento e vinte e cinco mil, em 2018 cento e vinte e um mil, em 2019 cinquenta e um mil e setecentos e sabem quanto é para 2020, nove mil. Por isso acho muito bem que os Senhores devem apoiar esta proposta de Orçamento que defende de uma forma intransigente os vossos interesses. -----

----- Uma última questão Senhor Presidente da Câmara quanto à casa do cantoneiro, aparece aqui um projeto de investimento de aproximadamente trezentos mil euros, embora a verba recebida é apenas de quatrocentos euros, nem dá para limpar as silvas. Mas compreendo que conste aqui uma verba até para ter a rubrica e se for necessário fazer alguma alteração. Aquilo que efetivamente quero saber é o que está projetado para a casa do cantoneiro ao quilómetro 78,7.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida que proferiu as seguintes palavras:

----- “Cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e público em geral. -----



----- *Eu não vou entrar muito na parte técnica, temos que ser simples e o que temos a dizer é que este documento é um documento de quatro anos, é um compromisso que já vem desde 2017, é um documento que está muito bem elaborado. Em linhas gerais é o que interessa, vai ao encontro da nossa população e estamos convictos que em 2021 Santa Marta e as pessoas de Santa Marta vão estar mais felizes. Eu acredito.* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara proferindo as seguintes considerações: -----

----- *“De facto discutir estas coisas é interessante e como sabem nós cumprimos o Estatuto da Oposição e naturalmente enviamos a proposta das grandes Opções do plano para os Partidos que têm assento na Assembleia Municipal. Do CDS não está cá, não recebemos nada, do PSD recebemos o seguinte. No ano passado apresentaram uma proposta de regulamento de apoio à natalidade e depois a seguir dizem assim.* -----

----- *Apesar de continuarmos a pensar que o tema da natalidade seja muito relevante para o futuro do nosso Concelho, mas dada a pouca importância que este tema mereceu, compete-nos apresentar um projeto alternativo, plano estratégico económico e conhecimento.* -----

----- *Este projeto está completado nas Grandes opções do Plano em estudos e projetos e o PSD votou contra, portanto pelos vistos já não quer que se faça este projeto, porque ao votar contra na Câmara Municipal está a retirar logo a hipótese de se fazer esse plano.* -----

----- *Depois duas coisas muito interessantes. Alguém que está aqui, e estamos aqui com Penaguienses, acredita que algum plano das Grandes Opções do Plano e Orçamento de qualquer Município do País as receitas sejam rigorosas ao cêntimo, se alguém acreditar que levante a mão. Logicamente as receitas são sempre trabalhadas de forma a compensar projetos, sendo certo que no final da apresentação de contas têm que obedecer a equilíbrios financeiros, penso que é até 85%, ou seja já a Lei prevê que nós podemos ficar a 85% da receita que nós consideramos, o que quer dizer que temos aqui uma franja de 15% para mais*



ou menos e se não conseguirmos os 100% temos essa franja de 15%, que nós cumprimos sempre. -----

----- Depois é engraçado, na casa do cantoneiro referiu os quatrocentos euros e aceitamos os quatrocentos euros, ora se aceitamos os quatrocentos euros que é para ficar aberta, não vale a pena fazer referência, mas também dá jeito porque assim politicamente as coisas ficam mais embelezadas. A casa do cantoneiro conseguimos penso eu em setembro ou início de outubro saber finalmente quem era o proprietário do imóvel, como sabem o imóvel era já da Junta Autónoma das Estradas, depois passou para as Estradas de Portugal, depois houve uma cedência à Junta de Freguesia em 95, 96, era o senhor Maurício Sequeira o Presidente da Junta. Depois para cumprimos as condições da Portaria e ela regressou ou deveria ter regressado neste caso às Infraestruturas de Portugal, não regressou ao património do Estado e agora ao abrigo da nova legislação da descentralização de competências estamos a tratar da possibilidade de nós ficarmos com a posse da propriedade. Conseguimos essa transferência de património, ela será naturalmente como é devido, porque como sabem é um orgulho para Santa Marta de Penaguião ser a sede da Associação de Municípios da Rota da estrada Nacional n.º 2 e será naturalmente a sede da Associação, as obras foram candidatas ao “Valorizar”, como sabem também são preferenciais ao nível do Turismo de Portugal, portanto conseguimos a transferência de património e conseguimos a candidatura, será a sede da Associação e depois poderá ter uma dinâmica em termos económicos se os agentes assim o entenderam e transformar-se também numa loja de produtos endógenos do nosso Concelho. -----

----- Relativamente às Juntas de Freguesia, foi uma das questões aqui levantadas, é bom dizer que de facto em termos de investimento as Juntas de Freguesias, tanto em 2018, aliás em 2019 como em 2020 na rubrica de investimentos foi reduzido, mas eu aconselhava a que a oposição fizesse as contas de quanto é que em quase seis anos a Câmara transferiu para



as Juntas de Freguesia para mão-de-obra. Mas como eu sei que são umas pessoas muito ocupadas, nós transferimos por ano à volta de duzentos e onze mil euros para as Freguesias, que multiplicado por seis, no mínimo dá um milhão e duzentos mil. Podem ir até ao tempo daqueles que não estão cá, até podem ir até 1960 ou até quando quiserem se algum Executivo transferiu tanto dinheiro para as Juntas de Freguesia e por essa razão é que os Senhores Presidentes de Junta têm que apoiar este plano, porque este plano também contempla isso, porque é muito bonito ir à rubrica das transferências de capital para investimento, mas vão ver a rubrica das transferências para os trabalhadores que lá têm e façam as contas todas, se fizerem as contas todas percebem que as Juntas de Freguesias nunca receberam tanto dinheiro da Câmara como desde 2013 e isso é só fazer as contas. -----

----- Relativamente à saúde o visto do tribunal de contas, segundo informação do Chefe de Divisão, foi visado como é lógico, relativamente à saúde o que nós temos são cento e quarenta mil cento e treze euros.” -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria, os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2020 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com quatro votos contra do Grupo Municipal do “PPD/PSD” e dezasseis votos a favor, sendo catorze do Grupo Municipal do “PS”, um do Grupo de Cidadãos “Fazer mais Pela Nossa Terra” e um do Grupo de Cidadãos “Por Medrões Sempre”. -----

----- 2.12 – Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal para 2020 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----



----- Presente a proposta da Câmara Municipal do Mapa de Pessoal para 2020, constante do ponto 2.11, referente às (Grandes Opções do Plano e Orçamento). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada, por maioria, a proposta do Mapa de Pessoal para 2020 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com quatro votos contra do Grupo Municipal do “PPD/PSD” e dezasseis votos a favor, sendo catorze do Grupo Municipal do “PS”, um do Grupo de Cidadãos “Fazer mais Pela Nossa Terra” e um do Grupo de Cidadãos “Por Medrões Sempre”. -----

----- **2.13** – Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea c), do ponto 8 da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, constante do ponto 2.11, referente às (Grandes Opções do Plano e Orçamento). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria, a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea c), do ponto 8 da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com quatro votos contra do Grupo Municipal do “PPD/PSD” e dezasseis votos a favor, sendo catorze do Grupo Municipal do “PS”, um do Grupo de Cidadãos “Fazer mais Pela Nossa Terra” e um do Grupo de Cidadãos “Por Medrões Sempre”. -----

----- 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”: -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que a Mesa não registou qualquer pedido de intervenção do público, pelo que solicitou a leitura da minuta da ata. -----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 20:15 horas. -----

O Presidente da Assembleia,

José Alberto Moreira Araújo

O 1.º Secretário,

Rosa Martins Cardoso